

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 3

Março de 1922

Ano LXXIV

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTÍCIAS
Rua do Diario de Noticias, 78 — LISBOA

A instrução provisória sobre o serviço em campanha da artilharia francesa

O novo regulamento francês sobre o emprêgo da artilharia em campanha, contendo as lições recolhidas durante a guerra mundial, tem já sido objecto de estudo e da apreciação de diversas *Revistas* estrangeiras.

Confiando aos profissionais da arma a critica dêsse regulamento, julgamos contudo de interesse dar uma idéa do seu conteúdo e dos princípios táticos ali contidos. Servimo-nos para isso da edição oficial de dezembro de 1920.

Contem aquele regulameato uma *Introdução*, em que se estabelecem as características da artilharia no combate moderno, seguindo-se oito *títulos*, cada um dos quais é subdividido em *capitulos* e estes em *artigos*.

O *título 1.º* estabelece os *princípios* que regulam o emprêgo da artilharia no combate e a sua organização.

O *título 2.º* trata das ordens e relatórios: sua redacção e transmissão.

O *título 3.º* occupa-se das manobras e estacionamentos.

O *título 4.º* sob a designação, *engajamento da artilharia*, trata do desenvolvimento da artilharia, dos reconhecimentos e da occupação das posições.

O *título 5.º* occupa-se do *combate*: observação, ligações e transmissões, direcção do combate e particularidades relativas ás diferentes formas de combate.

O *título 6.º* trata da segurança: em marcha, nos estacionamentos e nas posições.

O *título 7.º* ocupa-se do reabastecimento de munições e material.

Finalmente, o *título 8.º* trata do *serviço de saúde*.

E ainda termina por uns *anexos*, contendo diferentes dados sobre os tiros da artilharia, características e particularidades sobre o emprêgo da artilharia transportada, funcionamento dos órgãos de referenciação da artilharia na guerra de movimento e diversos modêlos exigidos na execução do mesmo regulamento.

Vamos dar uma resumida idéa do que se contem nesses diversos títulos.

A) INTRODUÇÃO

—A *Introdução* estabelece como princípio que na batalha moderna, a potência do fogo é o factor predominante para alcançar a vitória.

Que o ataque de uma posição, ocupada pelo inimigo dispondo até ao último momento de fogos bem ajustados sobre o terreno do assalto, é destinado a um revés.

Torna-se, pois, indispensável ao atacante adquirir a superioridade do fogo para aniquilar a resistência material e moral do defensor. Êste, por seu turno, deve esforçar-se por evitar essa superioridade, dissimulando os seus órgãos de resistência, escalonando-os em profundidade, e procurando manter o seu funcionamento, apesar do fogo do inimigo, organizando para isso abrigos e comunicações enterradas.

—O assaltante procura geralmente numa *fase de preparação*, de duração variável, segundo as circunstâncias, o gastamento prévio do inimigo. Esta fase pode ser muito reduzida, e até suprimida se o atacante procura obter o beneficio da *surpresa* e conta ter uma superioridade de fogos no momento do assalto, quer de artilharia, quer de infantaria, como sucederá se se dispõe de uma massa de carros de assalto contra um inimigo que não tenha tempo de organizar a defesa.

Ao iniciar-se o ataque, o fogo da artilharia toma a forma de uma cortina movel, que se vai deslocando na frente do atacante, e que se fixa quando êste pára.

A arma de artilharia é a única que pode actuar por um

fogo potente e a distância e cujo efeito máximo se obtem por uma *massa* de fogos, que só se pode obter por uma disponibilidade de material de todos os calibres e por um transporte rápido dêste material; isto é, por uma *manobra estratégica*, deslocando rapidamente uma grande quantidade de peças de todos os calibres por caminhos de ferro e auto-camiões, e por uma *manobra táctica*, que permita a concentração de fogos, num determinado sector, sôbre os objectivos mais importantes.

Para a realização da manobra estratégica torna-se indispensável que o Alto comando disponha de uma *reserva geral de artilharia*.

A manobra estratégica exige uma grande mobilidade de material; a manobra táctica, uma grande mobilidade de fogos.

—Os efeitos dos fogos de artilharia são não só de ordem *material*, como de ordem *moral*.

Sob êste ultimo aspecto, a artilharia deve procurar enervar o inimigo, mantê-lo numa insegurança constante, obrigá-lo a conservar-se nos seus abrigos, o que só se pôde obter criando zonas de fogos, onde os projecteis de todos os calibres se sucedam com rapidez e precisão.

Portanto, a preocupação do comando deve ser a *manobra dos fogos*, após a manobra do material. A manobra dos fogos de artilharia é influenciada, e portanto variavel, com diversos elementos: missão recebida, natureza do terreno, circunstâncias atmosféricas, meios de observação, munições a empregar, especie de tiro, etc. Ha, pois, uma intima relação entre a técnica do tiro e a missão táctica. Ao comando pertence fixar a missão da artilharia; ao comandante desta, o emprêgo dos meios, de modo a realizar a missão, obtendo o maior rendimento da arma e com o menor número de perdas.

As ordens do comando procuram assegurar a unidade de acção e a convergência de todos os esforços para um fim único—a destruição do inimigo; mas é preciso prever as flutuações incessantes da situação, as dificuldades na transmissão das ordens no decurso do combate, e por isso, todos os chefes devem manter uma constante vigilância, grande iniciativa, uma decidida resolução e um grande espirito de solidariedade, que se deve manter em todos os escalões, e entre todas as armas.

B) PRINCIPIOS QUE REGULAM O EMPRÊGO DA ARTELHARIA NO COMBATE E SUA ORGANIZAÇÃO.

O emprêgo da artilharia tem por fim, em união com as outras armas, a destruição do inimigo, e por isso o seu papel não deve ser considerado isoladamente, mas em conjunto com essas armas, especialmente com a infantaria.

Nem sempre a artilharia pode obter a *destruição*, ou por falta de tempo, ou por falta de meios, ou porque se queira obter a *surprêsa*.

Portanto, muitas vezes a artilharia se contenta em *neutralizar* o pessoal inimigo.

—Além da *missão geral* da artilharia—abrir caminho á infantaria, destruindo ou anulando todos os obstáculos que se oponham á marcha desta—tem diversas *missões particulares*, que o Regulamento enumera: destruição do pessoal; contra-bateria; destruição de organizações defensivas; gastamento; interdição; entoxicamento; cegamento, por gases fumigineos; acompanhamento; protecção; contra-preparação; tiro contra carros de assalto; tiro contra aviões.

Expostas as missões, trata dos *processos de acção da artilharia*. Na *ofensiva*:

1.^o—Uma acção prévia sôbre os órgãos de defesa do inimigo (baterias, organizações defensivas, comunicações) com o fim de destruir os órgãos de fogo, diminuir a capacidade de resistência do pessoal e impedir a sua manobra e o seu reabastecimento;

2.^o—Efectuar o *acompanhamento por meio do fogo*, precedendo imediatamente a progressão da infantaria e dos carros de assalto, com o fim de impedir que os observatórios do inimigo possam desempenhar a sua missão e permitir que aquelas armas possam atingir o inimigo antes que êste possa utilizar eficazmente as suas armas.

Na *defensiva*, a artilharia deve procurar:

1.^o—desorganizar os dispositivos de ataque do inimigo, empregando para isso concentração de fogos preventivos (contra-preparação), que devem ser dirigidos sôbre as organizações defensivas, sôbre os abrigos, praça de armas, postos de comando, observatórios terrestres ou aéreos, centros telefônicos, vias de comunicação, etc.;

2.º—Quando o inimigo se lança no ataque, o maior número de bocas de fogo deve ser dirigido contra a infantaria e seus meios de acção e contra as baterias de acompanhamento.

—As missões acima indicadas devem ser repartidas pelas diversas especies de artilharia em harmonia com as aptidões particulares de cada uma. Sob êste ponto de vista a artilharia é assim classificada, recebendo as missões proprias:

a) *Artilharia ligeira*. As suas características são: pequeno calibre, tiro tenso e rápido, fraca potência, alcance até 10.000^m, grande mobilidade táctica com tracção hipomóvel e grande mobilidade estratégica com tracção automóvel ou sôbre caminho de ferro.

A sua missão principal é apoiar directamente a infantaria por meio do fogo executado contra o pessoal e carros blindados; mas pode tomar parte em outras missões, como sejam: tiro de contra-bateria sôbre objectivos fracamente protegidos, destruição de defensas accessorias, tiro de interdição, tiro com projecteis especiais (tóxicos e fumigineos).

Sob o ponto de vista dos meios de transporte, a artilharia se divide em: artilharia montada (baterias de 75), que tem uma grande mobilidade táctica, acompanhando a infantaria no combate em todas as circunstâncias e em quasi todos os terrenos; artilharia a cavalo, ainda mais móvel que a anterior e apta para seguir o combate da cavalaria; artilharia a dôrso (baterias de 65, de montanha), que é empregada no combate em terreno montanhoso, ou terreno de ásperos declives, em vales e bosques; artilharia auto-transportada, pouco móvel no decurso do combate, mas podendo efectuar rápidos deslocamentos.

b) *Artilharia pesada curta*, tendo como características: tiro curvo, alcance de 10 a 15 km., potência média ou grande segundo os materiais, grande rapidez de tiro, sufficiente mobilidade-táctica com a tracção hipomóvel, e grande mobilidade estratégica com a tracção automóvel, ou em linha férrea. Compreende os calibres de 155^m/_m e 220^m/_m. É especialmente empregada na destruição das organizações defensivas do inimigo, no tiro de contra-bateria, e eventualmente, no tiro de neutralização e interdição.

Emprega-se ainda contra o pessoal, ou para a protecção dos ataques, ou contra as tropas de assalto desenhadas ou protegidas.

Sob o ponto de vista do seu transporte, divide-se em artilharia hipomóvel e em artilharia auto-móvel.

c) *Artilharia pesada comprida*, tendo como características: grande velocidade inicial, e possibilidade de reduzir estas velocidades, alcances de 15 a 20 km., potência média, rapidez de tiro e mobilidade semelhantes á artilharia pesada curta. Compreende os calibres de 105, 145, 155.

Esta artilharia é empregada em contra-baterias, em tiro de interdição e sôbre alvos fugitivos.

d) *Artilharia ligeira potente*, ou *artilharia de trincheira*, cujas características são: fraco alcance (1.000 a 2.500^m), potência média ou grande, tiro mergulhante, pouca rapidez de tiro, pouca mobilidade e de resistente construção. Compreende o material de 150 e de 240 ^m/_m. É empregada na destruição das organizações inimigas e no tiro com granadas toxicas. Transportada em carros, pode servir como artilharia de acompanhamento.

e) *Artilharia pesada de grande potência* (A. L. G. P.), tendo como características: grande potência dos seus projecteis, grande alcance (20 a 25 km.), pouca rapidez de tiro, e uma mobilidade variável com o tipo e meios de transporte. Esta artilharia compreende bocas de fogo de vários calibres, desde 165 a 520 ^m/_m. Empregam a tracção mecânica, ou circulam (e mesmo actuam) em linha férrea.

Esta artilharia produz grandes efeitos como contra-bateria em toda a extensão do seu alcance; é empregada também contra objectivos afastados; no tiro de destruição contra depósitos de munições, estações, obras de arte, etc.

— No emprêgo do diverso material deve-se ter em atenção as possibilidades de remuniamento, pois os órgãos de transporte das munições não são os mesmos para os diversos calibres.

Isto pode dar lugar a que se seja obrigado a limitar a quantidade de artilharia a empregar, e a que se renuncie á occupação de certas posições.

Em casos de urgência pode-se distribuir missões aos diversos tipos de artilharia, que lhes não são próprias, pois

não é admissível deixar bôcas de fogo inactivas pelo facto de não produzirem uma máxima eficácia de fogo.

— Para que a artilharia possa dar todo o rendimento de que é capaz, não basta adaptar o sem emprêgo á manobra geral, empregar os diversos calímbres nas missões que lhes são mais apropriadas, mas ainda é preciso obter a potência e a precisão do tiro pela conveniente repartição da artilharia no terreno, proceder ao estudo dos objectivos, á escolha dos mecanismos de tiro, ao conveniente emprêgo dos projecteis e á observação dos tiros; e ainda, atender á instantaneidade da acção pela preparação de tiro e organização das ligações. Tais são os factores que influem no rendimento da artilharia.

— O regulamento trata a seguir da *organização da artilharia*. A divisão de infantaria ou de cavalaria e o corpo de exército são dotados de uma artilharia própria chamada *orgânica*.

Ainda o Alto comando dispõe de uma *reserva geral de artilharia*, que pode repartir pelas grandes unidades ou reforçar a artilharia orgânica de uma grande unidade em combate. Hoje o grande alcance da artilharia e a mobilidade dos planos de tiro, permitem-lhe que actue não só em proveito das unidades que normalmente apoia, mas ainda eventualmente em proveito das unidades próximas.

Fixa, no seu art. 3.º (cap. II), as *atribuições do comando da artilharia nos diversos escalões*.

O *general inspector geral da artilharia* exerce a sua acção sobre o emprêgo técnico da artilharia nos exércitos e sobre o seu emprêgo táctico nas missões especiais dadas pelo Comandante em chefe, junto do qual está colocado, mas não exerce nenhum comando directo sobre as tropas combatentes.

Em harmonia com as directivas dadas pelo comandante em chefe, deve assegurar a distribuição das munições entre os exércitos, a não ser em casos especiaes, em que o comandante em chefe pode directamente fazer essa distribuição.

Dependendo directamente do inspector geral, ha o *comandante da reserva geral de artilharia*, o qual tem a seu cargo prever e assegurar a substituição do pessoal e material de artilharia, do material automóvel e do material de caminho de ferro das unidades que constituem a R. G. A.

— O *general comandante da artilharia de exército* tem a seu cargo o emprêgo técnico de toda a artilharia do exército, coordenando o seu emprêgo e submetendo á aprovação do comandante do exército todas as propostas sôbre o emprêgo tático da artilharia. Exerce o comando directo da artilharia reservada como artilharia de exército; prepara os *planos* sôbre o emprêgo da artilharia de exército, submetendo-os á aprovação do general comandante do exército e apresenta a êste as propostas relativas: á constituição da artilharia de exército; á distribuição pelas grandes unidades do exército de uma parte daquela artilharia; á retirada de uma parte da artilharia de uma grande unidade para ir reforçar outra; á repartição das missões e zonas de acção da artilharia de exército e dos corpos de exército, assim como das ligações a estabelecer entre estas artilharias; á distribuição das munições pelas grandes unidades e organização dos depósitos do exército; ao funcionamento do *serviço metereológico*; á conservação e substituição do material de artilharia; e por fim, dirige o *serviço de informações* da artilharia e determina o emprêgo das secções de referenciação por meio da observação terrestre e pelo som.

O comandante da artilharia de exército tem junto de si um *estado maior* e ainda um oficial superior com varios officiais adjuntos para preparar a entrada em accção das unidades da R. G. A. e estabelecer a ligação com o respectivo comando orgânico.

— O *general comandante da artilharia de corpo de exército* tem orgânicamente sob as suas ordens a *artilharia pesada* e o *parque de artilharia de corpo de exército*.

Como delegado permanente do general comandante do corpo de exército, tem por missão:

Vigiar o emprêgo técnico da artilharia de corpo de exército; coordenar o emprêgo das artilharias divisionarias entre si e com a do corpo de exército; preparar os planos para o emprêgo da artilharia do corpo; propor ao comando, submetendo á sua aprovação, tudo o que diz respeito: á repartição entre a artilharia de corpo e as artilharias divisionarias da artilharia não orgânica, que fôr posta á disposição do corpo de exército; da deslocação de artilharia de uma divisão para outra divisão como refôrço; da repartição das posições entre

a artilharia de corpo e a das divisões; á repartição das missões e das zonas de acção entre as artilharias de corpo e divisionarias, estabelecendo as ligações entre elas; á repartição das munições de corpo de exército; aos deslocamentos da artilharia de corpo.

O comandante da artilharia de corpo de exército tem a seu cargo o serviço de informações da artilharia do corpo de exército; é responsavel pelo remuniamento, organizando esse serviço em harmonia com as instruções dadas pelo general comandante do corpo de exército.

A *artilharia pesada de corpo de exército* está sob o comando de um coronel, que emprega esta artilharia no combate segundo as instruções do general comandante da artilharia de corpo de exército, tendo á sua disposição um E. M.

— O *coronel comandante da artilharia divisionaria* tem organicamente sob as suas ordens a artilharia ligeira e a artilharia pesada divisionária, assim como o parque de artilharia divisionária, sendo auxiliado por um E. M.

No combate, comanda as baterias da D. I. e as unidades que forem postas á sua disposição, dirigindo o seu emprêgo tanto tático como técnico. Em harmonia com as instruções do comandante da D. I. estabelece o plano do emprêgo da artilharia da D. I., constitui os agrupamentos dessa artilharia, reparte as missões e fixa as zonas de acção, os objectivos, os observatórios e as posições.

Quando a divisão combate encorporada, o seu parque de artilharia está subordinado ao parque do corpo de exército.

— O oficial superior comandante do grupo de baterias de artilharia de uma divisão de cavalaria desempenha junto do general comandante da D. C. as funções de comandante de artilharia, delegando num capitão o comando do grupo.

C) Como dissemos, o titulo II trata das *ordens e relatórios e sua transmissão*, estabelecendo as prescrições a observar na sua redacção e medidas de segurança na transmissão. Nada contem de novo em relação ao que estava regulamentado anteriormente. Mais uma vez se recomenda que, quando um agente de ligação é portador de uma ordem, e reconhece que a situação admitida na ordem se modificou durante a marcha, deve, ao entregar a ordem ao destinatário, fazer as

observações que julgar convenientes em harmonia com a nova situação.

D) O título III, ocupando-se das *marchas* e dos *estacionamentos*, fixa as regras que regulam estas duas situações.

Considera sómente neste capítulo as marchas longe do inimigo.

Quando a artilharia faz parte de uma coluna de infantaria, o seu movimento é regulado pelo desta arma. Sempre que seja possível, é vantajoso fazer marchar a artilharia isoladamente, o que diminue a fadiga do pessoal e dos animais, ou poupa o material automóvel.

O andamento normal da artilharia hipomóvel é a passo, com uma velocidade de 5 km. (pesada de 105 ou de 155), ou de 6 km. (ligeira e a cavalo), não passando de 4 km. para o material mais pesado.

Alternando o passo com o trote, essa velocidade pode ser de 7 a 8 km. A extensão média da etape varia entre 20 a 35 km., sendo esta ultima para a artilharia a cavalo.

Contudo circunstâncias haverá em que se poderá forçar a etape até 40 km. (artilharia ligeira e de montanha), podendo mesmo atingir 50 km. na artilharia a cavalo.

Na artilharia automóvel a velocidade média vai de 4 km. (calibres superiores a 220) até 12 km. (artilharia ligeira, transportada e colunas de camiões). A extensão média da etape vai de 40 a 70 km., podendo atingir um máximo de 60 a 100 km., conforme os calibres.

A artilharia hipomóvel, marchando isolada, e em circunstâncias urgentes, pode fazer 60 km.; e a automóvel, realizar 18 a 20 horas de marcha, mantendo a velocidade média do material considerado.

—Para permitir a regular circulação da artilharia, as estradas são classificadas em: *estradas guardadas*, que são reservadas exclusivamente á circulação dos auto-camiões; *estradas vigiadas*, em que podem circular comboios automóveis e hipomóveis; e *estradas*, eventualmente, *reservadas á circulação de tractores*.

A circulação é então autorizada e dirigida pela direcção dos serviços automoveis (D. S. A.).

Entre os grupos de 8 a 10 viaturas deve haver uma distância de 50 metros, devendo o último veículo de cada grupo

ter á retaguarda um disco vermelho, marcando a cauda do grupo. As colunas de artilharia são fraccionadas em elementos de veículos com a mesma velocidade de marcha, collocando-se à frente os de maior velocidade, mas mantendo-se a ligação entre os diversos elementos.

O regulamento chama a atenção para a capacidade de resistência das pontes por onde tem de circular material de artilharia.

— Assim as *pontes permanentes* dos tipos A₁, B₁ e C₁ podem suportar cargas respectivamente de 17, 13 e 11 toneladas por eixo; as dos tipos A₂, B₂ e C₂ podem suportar as mesmas cargas, mas devendo estar ligado o tractor ao material rebocado por um cabo de 10^m de comprimento; as *pontes de equipagem normais* devem permitir a circulação dos calibres 75, 105 e 155 C.; as *reforçadas*, permitirão a passagem a todo o material de artilharia hipomóvel, camiões e tractores isolados; as *especiais*, a cargas de 13^T,5.

— Em todos os escalões a organização das colunas e o seu movimento fazem objecto de uma *ordem de movimento*, que deve conter:

Os pontos de estacionamento no fim da marcha diária; o itinerário a seguir; a hora de partida, ou de passagem no ponto inicial (P. I.); os locais de reabastecimento de viveres (e de essência para a artilharia automóvel); os pontos de evacuação dos homens doentes e feridos, assim como dos solípedes e material incapaz; indicação (eventual) das munições a levar, a descarregar ou a trocar; designação do comandante da coluna; ligações a estabelecer; medidas de segurança.

Depois de tratar da *preparação* das marchas, o Regulamento occupa-se da *execução* das mesmas, indicando os reconocimentos e balizagens dos itinerários, as formações de marcha, o fraccionamento das colunas e distâncias entre os seus diferentes elementos (1 a 2^m entre as viaturas hipomóveis, 20^m entre os camiões, 40^m entre os tractores e 50^m entre cada duas fracções de coluna).

Altos—As colunas mixtas de artilharia e infantaria fazem um *alto* de 10 minutos no fim de cada 50 minutos de marcha. As colunas isoladas de artilharia hipomóvel fazem um alto de 10 minutos de 2 em 2 horas; as colunas automóveis

fazem um alto de 30 minutos no fim da primeira hora de marcha para verificação do material, seguindo-se depois um alto de 10 minutos de 2 em 2 horas, e sendo o ultimo alto também de 30 minutos.

Em regra, as viaturas marcham do lado direito da estrada, deixando livre o lado esquerdo para a circulação, excepto o material pesado que marcha pelo centro das estradas, evitando as bermas, que oferecem pouca resistência.

O regulamento recomenda que se guarde o maior segredo em tudo que diz respeito ás marchas a realizar por massas importantes de artilharia, que sejam destinadas a tomar parte numa acção ofensiva.

Na parte relativa aos *estacionamentos* o regulamento classifica as diversas formas de estacionamento, trata da escolha dos locais de estacionamento, da preparação dêste, do pessoal da *secção de quarteis*, da instalação das tropas e dos diversos serviços nos estacionamentos, nada apresentando de novo em relação ao que estava consagrado nos regulamentos anteriores.

— *Entrada e acção da artilharia no combate.* Os titulos 4.º e 5.º são por certo os mais importantes, onde bem se faz sentir as lições da guerra mundial, e por isso dêles nos occuparemos pormenorizadamente.

O dispositivo da artilharia no combate, diz o regulamento, depende da situação táctica, da necessidade das ligações e do terreno.

Sob o ponto de vista táctico, a repartição inicial da artilharia depende da missão que lhe foi confiada na acção. Como o combate ofensivo ou defensivo se apresenta sempre sob a forma de uma successão de esforços, a artilharia deve estar sempre preparada de maneira a poder desenvolver a máxima potência sôbre o objectivo de ataque, ou sôbre a zona de terreno a defender; e ainda, a poder intervir sem demora nas fases successivas do combate. Daí resulta a necessidade de escalonar a artilharia, segundo a situação táctica.

Na *manobra ofensiva*, para se poder actuar sôbre a maior parte dos objectivos sem deslocamento do dispositivo, é-se obrigado a fazer avançar a maior parte das baterias, segundo a situação do inimigo e as condições técnicas do emprêgo do material.

Na *manobra defensiva*, a artilharia deve ser disposta de modo a ter uma poderosa acção na frente da posição principal de resistência escolhida *à priori*, ou determinada no decurso do combate, devendo só uma parte das baterias ser colocada de modo a actuar na frente dos postos avançados e contra a artilharia inimiga. O dispositivo deve ainda permitir que a artilharia possa intervir na defesa das posições sucessivas. A escolha das posições de tiro das baterias é influenciada pela situação dos observatórios, que devem permitir a ligação com a infantaria, como sucederá ás baterias de acompanhamento, e ás de defesa contra os carros de assalto.

No desenvolvimento de uma massa de artilharia na ofensiva, deve-se principalmente ter em vista uma acção de *surpresa*, que é um dos grandes factores da vitória, e para isso a artilharia do ataque só se deve manifestar no último momento. Para se conseguir isso é preciso tomar certas precauções, quer quando se executem os reconhecimentos, quer na entrada na posição de tiro. Assim os trabalhos topograficos devem ser executados antes da chegada das baterias e por um pessoal especial.

As munições devem, a maior parte, ser levadas com antecedência sôbre a posição, pois o transporte das munições exige muito tempo, podendo uma parte das munições ser colocada em depósitos dissimulados e próximos das baterias.

—Na parte relativa aos *reconhecimentos*, o regulamento indica: a natureza dêstes reconhecimentos, o estudo dos objectivos, dos observatórios, do terreno a ocupar, das transmissões e da preparação do tiro.

As *posições de tiro* das baterias devem satisfazer ás seguintes condições: Permitir a realização da missão táctica; dar um bom e extenso campo de tiro; não ser favorável á acumulação de gases tóxicos; permitir um bom desenfiamento; facilitar as ligações e o exercício do comando; e permitir o remuniamento em boas condições de segurança e rapidez.

(*Continúa*).

VICTORIANO J. CESAR.

Coronel

A canhoneira “Patria”

“Patria ! filha do sol das primaveras,
rica dona de messes e pomares,
recorda ao mundo ingrato as priscas eras
em que tu lhe ensinaste a erguer altares!»

Tomaz Ribeiro — *A Portugal* (D. JAYME).

Propômo-nos hoje dar notícia da construção desta canhoneira em nosso Arsenal da Marinha, colhidas as respectivas informações no Relatório que a benemérita Comissão executiva da predita construção dirigiu, em 1905, a seus comitentes.

Êste Relatório foi também impresso em Lisboa, em 1907, na oficina tipográfica de Libanio da Silva, 29, Rua das Gaveas, 31, formando 1 vol. de 180 pags. de grande formato. Nêle se incluem muitos mapas comprovativos das despesas, movimento de fundos, valores subscritos e estatística da subscrição portuguesa que no Brasil deu vida ao navio.

Resumido extracto do predito Relatório, são estas informações tanto mais curiosas e de estimar, quão raros serão em Lisboa os exemplares de onde foram colhidas, não tendo aqui sido distribuídos, ignorâmos porque motivo, que, seja qual houver sido, respeitamos, meia duzia de exemplares, que fôsse. Pelo menos, da imprensa periódica de grande publicidade, que tão solícita foi sempre em dar as mais extensas notícias acêrca de tudo que respeitou à construção do «Patria», seu lançamento ao mar, e sua triunfal viagem no Brasil, nenhum jornal, que nos conste, acusou recebido exemplar algum dêste interessante Relatório, e é ao favor de circunstâncias especiais que devemos, a tantos anos de distância, coordenar agora as notas que vão seguir-se.

I

Para celebrar, em 1897, o «Quarto Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo da India», constituiu-se no

Rio de Janeiro, a 13 de junho daquele ano, no salão da «Real Sociedade Club Gymnástico Portuguez», uma Comissão destinada a recolher o produto da Grande Subscrição, naquele mesmo acto aberta, entre a colónia portuguesa do Brasil, tendo por fim o oferecimento de um navio de guerra ao governo português.

Esta Comissão funcionou desde aquela data até 10 de julho de 1899. Na Capital-federal e em 12 Estados, respondendo ao seu apêlo, haviam-se efectuado 21.673 subscrições, *averiguadas*, na importância de Rs. fr.: 735.916\$100. E dizemos «*averiguadas*», porque nunca foi possível à Comissão que a esta succedeu, como vai vêr-se, e apesar das diligências para tal fim empregadas, apurar o número exacto de subscrições correspondentes a esta totalidade.

Do Estado do Amazonas, onde a colónia portuguesa contribuiu com 66.000\$000 Rs. fr., não se alcançou nunca a relação dos subscritores. O mesmo há que dizer da subscrição da Colónia do Estado de Pernambuco, no valôr de Rs. fr.: 19:884\$070, que a segunda Comissão encontrou, ao entrar em funções, depositada na Agência Financial Portuguesa, no Rio de Janeiro. Do predito Estado apenas se conheceu o número de subscritores da sua capital (Recife), que foi de 64, porque a respectiva lista acompanhára a importância subscrita (Rs. fr. 440\$000) enviada à primeira Comissão. Também se não alcançaram as listas de subscrição nas cidades do Pará e de Pelotas, cujas colónias não efectuaram as respectivas entregas por intervenção da Comissão do Rio de Janeiro, como adiante se dirá.

Estavam, pois, cobrados à data de 10 de julho de 1899, Rs. fr. 735.916\$100, mas como em 5 Estados houvera despesas de cobrança, e em 2, juros vencidos, por depósitos, inteirara-se a Comissão iniciadora do total de Rs. fr.: 734.723\$200. Á proporção que as subscrições parciais iam chegando, ía-as a Comissão depositando na Caixa da Agência Financial, onde venciam o juro de 4 %, de modo que em 12 de Setembro de 1899 liquidaram-se 21.063\$560 de juros de 667.000\$000 Rs. fr.; vendendo-se, além disso, um lote de madeiras que serviram às festas do Centenário, por 550\$000 Rs. fr. Assim, a totalidade definitiva das somas por ela recebidas, até ser substituída por uma segunda Comissão, elevou-se a Rs. fr. 756:336\$760.

Dispendêra a predita Comissão iniciadora, com a celebração do Centenario:	Rs. fr. 51:414\$730
constituídos pelas seguintes parcelas:	
Custo da celebração do Centenario:	" 5:257\$530
Pago a fornecedores, muitos dos quais o foram para esta festividade:	" 8:843\$400
Expediente da Secretaria da Comissão Executiva:	" 6:721\$660
Telégrafo:	" 3:347\$040
Imprensa; compreendida a impressão do <i>Suplemento da União Portuguesa</i> , que publicava as listas da Grande Subscrição Patriótica:	" 27:245\$100

Liquidadas estas contas, enviou a Comissão para o Banco de Portugal, em Lisboa, ao cambio de 400 ‰, Rs. fr.: 688:063\$560, a vencer em 12 de Maio de 1899, entregou à sua sucessora, existente em Caixa, Rs. fr.: 16:858\$470, e dissolveu-se.

Parece que para êste remate algum motivo menos favoravel à união e conformidade de opiniões que são essenciaes nêstes casos, se dêra entre os membros da Comissão demissionária, e quiça entre os da Colonia, parciais de quaisquer dos dissidentes. O Relatório que vamos resumindo, alude, ainda que mui de leve e delicadamente, «a passados desacordos, dissídios momentâneos, transitorios descoroçoamentos. . .», mas como êste documento se não destina a mais, do que a dar conta dos actos da Comissão que o subscreve, convida todos os compatriotas a se darem, à vista da canhoneira Patria, fundeada então na baía do Rio de Janeiro, «um mutuo, cordial e sincero Parabem que a todos compreenda, — Iniciadores Beneméritos da Idéa, Subscritores Benemerentes que a fizeram triunfar!»

Tratou-se, pois, de substituir a Comissão demissionária, sendo eleita, como esta, em 27 de Junho de 1899, a nova Comissão, pela assemblea geral das associações literárias, de instrução e recreio, e beneficentes portuguesas existentes no Rio de Janeiro. Compunham-na três unicos membros; os srs. Visconde de Avelar, Grão-Cruz da Ordem de Cristo, posterior-

mente elevado à grandeza de Conde, Visconde de Castro Guidão, tesoureiro, e Visconde de Sande, agora Conde de Agrolongo, secretario. Êstes cavalheiros eram respectivamente, Presidentes da Direcção do Gabinete Português de Leitura, da Rial e Benem. Sociedade Portuguesa de Beneficência, e da Caixa de Socorros D. Pedro V.

Teve esta Comissão «um incondicional voto de confiança», para dar cumprimento a duas deliberações:

1.^a promover a realização dos donativos que ainda fôsse possível alcançar;

2.^a fazer construir com o que, em definitiva, se apurasse um navio, que se chamaria *Patria*, e seria oferecido ao Governo Português em nome da Colonia Portuguesa no Brasil.

Desempenhou-se esta Comissão, e brilhantemente, sem dúvida, do seu espinhoso mandato, mas o grande entusiasmo subscriptivo estava gasto, e era tarde e inconveniente, perante a crise financeira que por então assoberbou os meios commerciaes e bancarios do Brasil, tentar reanimar a corrente extinta.

Ainda assim, pôde a nova Comissão cobrar Rs. fr. 29.949\$570, nos quais entrou a subscrição da Colonia portuguesa de Pernambuco, já mencionada. Em compensação, conseguiu a Comissão fazer construir, após mil óbices de várias espécies, em Lisboa o navio que a todo o transe disputou aos estaleiros estrangeiros, e não foi culpa sua, se maior não pôde ser a importância da subscrição que ficou em Portugal. Com as sobras déla construiu-se a lancha-canhoneira «Infante D. Manuel», que está, ou esteve, fazendo eficaz serviço de polícia no rio Minho, no que toca à industria da pesca, pagou-se a impressão do curioso Relatório que se está extratando, e foi oferecido ao Instituto Ultramarino o saldo derradeiro subscriptivo, conforme adiante se mostrará.

As subscrições, pois, apuradas por esta segunda Comissão não foram além de 226 na Capital-federal, importando em:

	Rs. fr.	9:148\$500
13 em 2 Estados, importando em . . .	"	997\$000
A transportar	"	10.145\$500

Transporte	Rs. fr. 10.145\$500
Ao que se junta:	
Saldo recebido da anterior Comissão	" 16:858\$470
Colonia portuguesa de Pernambuco.	" 19:804\$070
Juros vencidos na Agencia Financial Portuguesa	" 7:018\$340
Total geral, em moeda fraca	" <u>53:826\$380</u>

Em definitiva:

O Quadro do conjunto da Grande Subscrição Patriótica apresenta o seguinte final resultado:

Total das subscrições alcançadas pela Comissão resignatória	Rs. fr. 734.723\$200
Depósitos no periodo transitório en- tre uma e outra das duas Comissões.	" 19:804\$070
Ditos na gerência da actual Comis- são.	" 10:145\$500
Juros vencidos durante os dois exer- cícios.	" 28:081\$900
Lote de madeiras vendido pela 1. ^a Comissão	" <u>550\$000</u>

Assim, a totalidade da «Grande Subscrição Patriótica» ficou elevada a.	Rs. fr. 793:304\$670
Deduzindo despesas da Comissão iniciadora:	" <u>51:414\$730</u>
Resulta liquido	" <u>741:889\$940</u>

Esta importância teve a seguinte aplicação e ulterior destino:

Transferidos para Lisboa (Banco de Portugal), pela 1. ^a Co- missão, como já se disse:	Rs. fr. 688:063\$560
Transferidos igualmente pela 2. ^a Comissão :	" 43:200\$000
Conservados por esta em cofre no Rio de Janeiro:	" 10:626\$380

As duas transferências para o aludido Banco produziram em moeda forte: Rs. 183:843\$790

E como, entanto, as Colonias Portuguesas do Pará e de S. Paulo, imitando o exemplo da Comissão demissionária, haviam igualmente remetido para o Banco de Portugal, via Londres L.^{bs} 7946-19-9, liquidas do imposto do sêlo inglês, capital e juros de depósito, que reduzidas a moeda portuguesa, haviam produzido: " 51:855\$616
ficaram à disposição da Comissão Executiva, mas immobilizados pelo facto de não abonar aquêlê estabelecimento bancario juros alguns às quantias nêlê depositadas, quer à vista, quer a praso: " 235:699\$406

Tambêm a Colônia da cidade de Pelotas resolveu enviar o produto da sua subscrição, L.^{bs} 846-16-4, ao Ministro da Fazenda de Portugal.

S. Ex.^a fez depositar esta quantia no Crédit Franco-Portugais, o qual desde 11 de julho de 1902, data do depósito, até 22 de Agosto de 1905 abonou juros que eleyaram aquêlê soma a L.^{bs} 869-10-6, ou seja em moeda portuguesa: " 4:226\$553

Ascendeu, portanto, o total da Grande Subscrição Patriótica da Colonia Portuguesa do Brasil a: " 239:925\$958
ficando no Rio de Janeiro, em moeda fraca: " 10:626\$380

Adiante vamos ver como foram empregadas estas somas.

G. DE B.

Preparação do soldado para a guerra

Conferência realizada na Escola de Tiro de Artilharia de Campanha.

Educação e instrução constituem os dois grandes capítulos do grande e vital problema da *Preparação para a guerra*.

Ambos importantíssimos tanto em separado como no seu conjunto, bastante complexos um como o outro e com tão importantes e constantes ligações não podem caminhar separados

Porém, tem-se dado constante desenvolvimento ao segundo com manifesto esquecimento do primeiro e prejuizo do conjunto.

Se é difícil instruir homens que possuam certo grau de desenvolvimento educativo, nem sempre é possível a inversa; isto é, só tem soldados, só possui Exército, a Nação que cuida do espírito militar, da disciplina dos soldados.

Vou apresentar um conjunto de observações directas em tempo de paz como em tempo de guerra, acompanhadas de algumas opiniões de ilustres escritores estrangeiros.

Naturalmente procurarei actuar sobre os órgãos propulsores do grande organismo—o Exército—ferindo as cordas mais sensíveis do seu corpo de oficiais.

Entre outras, são a obediência e o sentimento da honra as qualidades e sentimentos que merecem ocupar o primeiro lugar em toda a educação do soldado.

A obediência e submissão—disciplina—“a força dos exércitos” é a única couraça capaz de dominar o fantasma da morte no campo da batalha.

A obediência é o dever de todo o soldado, de todo o militar, mas obediência activa servida por iniciativa inteligente e dedicação.

O soldado não é uma força material como a arma que maneja.

A vontade do chefe não se dirige ao corpo, mas à vontade e à inteligência do subordinado; e este não obedece ver-

dadeiramente senão quando a estude com interesse em todos os detalhes. É isto porque se não limita a obedecer na medida estritamente necessária para salvaguardar a sua responsabilidade, mas quer verdadeiramente atingir o fim que foi ordenado, seguir o pensamento do chefe.

E' indicado o fim e imagina os meios, os detalhes da execução; dentro da sua esfera de acção toma decisões e aceita francamente todas as responsabilidades.

E' o proprio homem dedicando-se inteiramente, com zêlo e amôr, á realização da missão confiada numa iniciativa inteligente e obediente.

Na realidade entre a ordem dada e as condições de realização ha lacunas na maior parte dos casos; mas aquele que quer obedecer verdadeiramente supre por si tudo o que é necessario para assegurar a sua completa realização.

Não é a disciplina a cadeia puramente material que muita gente julga.

Sem dúvida que é, em princípio, submissão e obediência, mas é mais alguma cousa: supõe da parte do que comanda a confiança nos subordinados, e é preciso que o que comanda saiba que os subordinados o seguirão e que mesmo longe do seu olhar se conformarão com as suas ordens com zêlo e inteligência; e da parte dos subordinados a confiança no chefe, que não é assegurada senão pela sua dedicação, capacidade e bravura.

Numa palavra, a disciplina é a confiança de cada um em todos e de todos em cada um; é a realização da unidade moral, única que dá a verdadeira força.

Diz-nos o general Bruneau —: pode parecer que estando os officiais como os soldados sob a mesma disciplina, apenas ha entre ambos a distinção do comando dada ao official. Mas não.

O official não difere do soldado apenas pelo ficção do comando; está num plano superior porque é responsável pelas ordens que dá e de que tem o dever de assegurar a execução.

Esta responsabilidade dá-lhe o direito de ser obedecido instantâneamente e sem restrições.

Nos momentos críticos é o official o homem que sabe sempre onde está o dever comum e que lá está para o mostrar

Esta constatação legítima a obediência completa ás suas

ordens, que devem ser executadas com entusiasmo para obter o successo

A disciplina sem restrições, a completa disciplina, a absoluta, não exclue de resto a confiança reciproca do official e do soldado nem o sentimento da sua solidariedade patriótica, e o inferior acostuma-se a ela facilmente porque reconhece bem depressa a sua necessidade ante o perigo que ameaça. A disciplina voluntaria, livremente consentida, nada tem de disciplina, é a desordem, a insubordinação.

Mas ela não é completa e sã se não se apoiar num culto cuidado do sentimento da honra.

Factor principal na formação dum character, o sentimento de honra deve ser a pedra de toque de todos os actos da vida militar, sempre patente nas acções dos chefes, nunca humilhado nos subordinados.

A honra do soldado deve apoiar-se na estima própria, na sua consciência de lealdade e na dedicação pelo dever.

Conduzir e respeitar a honra do soldado, diz Von Schmidt, é o meio de o levar a empreender as mais dignas acções, porque a honra é uma alavanca bem mais poderosa que o mêdo do castigo.

Expostas rapidamente as qualidades e sentimentos que devem ocupar o primeiro lugar na educação militar do soldado, vejamos as qualidades a exigir nos educadores.

São educadores todos os chefes em todos os graus da hierarquia militar.

Sob o ponto de vista da educação moral dos seus subordinados o official possui entre outras uma importante obrigação ditada pelo dever militar — ter a coragem de assumir sempre inteira responsabilidade dos actos que pratica, ordens ou conselhos que dá, sem temer a censura superior.

Esta coragem exerce uma salutar impressão nos subordinados e nada produz efeitos mais desastrosos, que querer fugir a essas responsabilidades deixando que um subordinado as tenha que aceitar directa ou indirectamente.

Os regulamentos alemão e inglês sintetizam-na na seguinte frase «sê sempre sincero para contigo e nunca serás dissimulado para com os outros».

E, se é preciso muito tempo, como muito bem diz o general Bruneau, para dar ao chefe com o habito de comandar

a confiança na sua autoridade, deve procurar-se ganhar o maior tempo possível aproveitando-o num trabalho perseverante com toda a vontade, inteligência e dedicação, numa palavra, tendo sempre em vista o dever a cumprir — a preparação para a guerra.

A boa execução dêse trabalho, não só na guerra mas também na paz, onde tem o seu principal desenvolvimento, exige que em cada um dos graus de hierarquia haja a verdadeira compreensão da missão própria.

E ela pode ser ou não confirmada cada dia, fazendo o chefe o seu exame de consciência e tendo a coragem de o fazer severamente, exactamente como se houvera de julgar um seu subordinado, facto que muitas vezes terá que fazer com a maior severidade.

Todo aquele que o não faz ou que o fizer benevolente cometerá uma falta tanto mais grave, quanto é certo, que teria encontrado grande motivo para no dia seguinte se tornar mais util.

Certamente, diz Von Schmidt, nem todo o homem pode ser um modelo, um heroi; mas temos que exigir quasi o impossível para obter o possível.

A personalidade de cada chefe exerce poderosa influencia em todo o ensino e depois dele; nenhum tenha pois a pretensão de incutir e desenvolver nos seus subordinados virtudes e qualidades que não possua, porque não obterá successo algum.

O educador, qualquer que seja, que não sente gosto e amor pelas suas funções, sentirá menos ainda em desenvolvê-las e exigí-las nos seus subordinados.

O espirito do exército, diz Von der Goltz, é o dos seus officiaes.

E segundo o coronel Vailly é a resultante dos seguintes princípios:

O respeito e a completa compreensão da disciplina, orientadora e nunca entrando o caracter e valor pessoal.

O sentimento vigoroso da hierarquia estranho a toda a servidão, sanção e apoio, e a autoridade e iniciativa inerentes aos diferentes postos.

O cuidado constante da dignidade do posto do official e obrigações morais que lhe pretencem (porte moral e físico, prudência esclarecida nas suas relações sociais, etc).

A resolução espontânea em aceitar todas as legítimas responsabilidades.

O culto da camaradagem, franca e cordeal entre iguais, respeitosa e dedicada para com os superiores, afectuosa para os subordinados; como corolario onde termina a camaradagem, a conservação benevolente e sem asperesas das distâncias com os graduados inferiores e soldados.

A abnegação completa e instantânea de si próprios sempre que o reclame a bôa execução do serviço, o interesse do Exército, a honra da Bandeira e a grandeza da Patria.

Emfim, numa palavra, a assimilação integral nas maneiras de pensar, de querer e de actuar do corpo de officiaes, conforme as regras profissionais e de acordo com as suas tradições.

O espirito militar, demos-lhe o verdadeiro nome, é com effeito uma força tão indispensável ao official como o valor técnico, tanto para exercer o comando durante a paz como durante a guerra.

Em toda a vida militar é necessária uma forte disciplina sustentada por uma sã justiça e ampla generosidade. Elas favorecem o desenvolvimento dos bons sentimentos, enquanto que as injustiças e os despotismos revoltam o sentimento da honra e desenvolvem a má fé e a insubordinação.

O serviço é severo mas não exclue a verdadeira afeição. Se em tudo que fizermos e ordenamos tivermos sempre em vista o bem do soldado; se pensarmos que somos nós que existimos para elle e não elle para nós; se nunca fizermos entrar em linha de conta a «nossa preciosa pessoa», estaremos aptos a tratar convenientemente os soldados, mas ainda não completamente.

Nem todos devem ser tratados da mesma forma; é necessário conhecer-lhes o character e individualidade próprias, e só uma atenção cuidada, dia a dia, o pode conseguir.

Dentro das prescrições regulamentares quem com melhores resultados pode actuar sobre os soldados são os comandos das unidades tácticas, porque os chefes directos da grande família são os que mais intimamente conhecem o soldado.

E' nas pequenas cousas de todos os dias, naquelas que se não escrevem mas que a memória regista para cada homem,

que se resume toda a psicologia do soldado, o seu character, o valor de cada um.

Estes pequenos dados que para um leigo ou à primeira vista podem ser julgados inapreciáveis, teem a mais capital importância na apreciação de todos os seus actos e facilitam a árdua missão de dar a cada um o que a cada um pertence.

As tabelas disciplinares são apenas a méta.

Como seguir o verdadeiro caminho até a atingir?

Pelo comportamento anterior?

Mas a folha pouco diz, muito pouco mesmo; é fria e material.

Que nos diz do soldado antes do primeiro castigo?

E todos os homens nestas condições teem o mesmo character?

Têem mostrado a mesma dedicação?

O sentimento da honra está igualmente desenvolvido em cada um?

Cabe a qualquer, indiferentemente, a mesma responsabilidade numa falta idêntica?

E' indubitável que não!

Seria ir de encontro aos mais elementares princípios da natureza.

Finalmente, para tornar mais amplo, mais completo, o imprescindível conhecimento da psychologia de cada homem haveria a maior conveniência em que cada unidade táctica, quando em conjunto, fornecesse à sua vizinha, como a si própria, todas as informações que o acaso lhe collocasse diante dos olhos.

Parece êste o ideal a realizar para se conseguir a mais pura e sã disciplina.

Um factor importante na disciplina e portanto na educação militar do soldado tem entre nós, a meu vêr, uma preparação tão descurada que por vezes se torna um embaraço, um escolho mais a contar—o sargento e o cabo.

Passando por fases em que ora se lhes entregam todos os serviços de instrução, ora se lhes nega todo o apoio e autoridade, êstes graduados não prestam serviço algum útil quando pela sua origem podiam ser auxiliares de valor na educação militar do soldado.

Deve sair-se destes dois extremos qual deles mais conde-

nável e dotar o sargento e o cabo da conveniente educação militar, investindo-os de toda a autoridade que lhes é própria — tratando-os convenientemente — pedindo-lhes todavia toda a responsabilidade.

Este facto reveste tanto maior importância quanto é certo que no momento presente o soldado demora-se tão pouco tempo nas fileiras, que nem sempre chega a ter tempo de vestir completamente o uniforme.

No serviço é necessário que sejamos serios, vivos e breves; nada de discursos supérfluos e nocivos.

Mas nos intervalos entre os exercícios, como nas casernas, e sempre que para isso haja oportunidade é preciso pensar que não se pretende preparar uma massa inerte, uma máquina de exercícios, mas homens que sentem e que pensam, cujos membros devem sem contrariedade, é verdade, mover-se á voz, mas dotados duma inteligência que deve compreender-nos e duma vontade que deve unir-se à nossa por impulso próprio.

A educação do oficial deve ser em completa harmonia com a missão própria, tanto sob o ponto de vista moral como militar.

Deve ser uma arma sempre pronta contra o nervosismo ou mau humor; a sua divisa será sempre «noblesse oblige».

Sendo o oficial o educador do sargento e do soldado, se erra pode causar um duplo mal; não só o homem sofre, mas o sargento seguirá um mau caminho tanto quando o critica como quando o imita.

Desnecessário se torna frizar que na educação do sargento e do cabo deve ficar completamente banido o castigo corporal, punindo-se severamente os infractores.

Da parte do oficial é tão condenável um paralelo procedimento que nem licito é admiti-lo.

O desdem e a ironia não produzem melhor resultado do que a injúria, porque o homem os sente mais profundamente e com maior desespero e pelo contrário fica reconhecido pela generosidade que lhe testemunha o seu chefe.

E aquele que tenha ganho a confiança dos seus subordinados tudo saberá obter deles na paz como na guerra.

Se grandes generais obteem tudo dos seus soldados é

porque êles os amam; é que duma severidade inflexível no serviço teem no entanto um coração para o soldado e sabem falar-lhe e trata-lo como convem.

No tratamento quotidiano dos homens são, como disse-mos, colhidos todos os elementos essenciaes ao chefe que tem o dever de punir e louvar.

E' preciso sondar-lhes a alma, não deixar de lembrar o que fariamos no seu lugar, trata-los não segundo o seu mérito mas melhor do que merecem.

Necessariamente, o homem negligente ou ligeiro de espirito será repreendido ou punido, mas de maneira nenhuma lhe deve ser retirado o nosso interesse.

A equidade e a imparcialidade devem ser as qualidades daquele que pune.

Nada mais prejudicial à disciplina e ao prestigio do official que a parcialidade nas punições; «o homem punido deve ficar com a consciência de que se o seu chefe o puniu se mostrou escravo do dever e instrumentó da lei».

E nunca deve ser esquecido que é na punição que reside um dos grandes segredos da disciplina!

O official que é chefe, não importa o grau da hierarquia, nunca deve preocupar-se em ser disciplinador; deve alhear-se da sua preciosa pessoa e preocupar-se apenas em ter disciplinados todos os seus subordinados.

Duas unidades, quantas vezes vivendo muita próximas e com homens da mesma indole, apresentam flagrantes contrastes muito embora apresentem uma aparência disciplinar muito semelhante.

Numa os registos cheios de castigos, enquanto que na outra aparece apenas um ou outro.

Varias razões contribuem para êste contraste —: um maior cuidado e dedicação pelo soldado, um mais perfeito conhecimento da sua alma no segundo — uma disciplina sã, real; a preocupação da própria pessoa e o comodismo no primeiro.

Esta última característica em nada está de acordo com o que ha a exigir do soldado na guerra moderna, onde ha a mais elevada applicação da intelligência sempre em actividade e pronta a intervir nas missões difíceis, a maioria das quais executadas isoladamente.

Sem iniciativa inteligente não pode dar-se cumprimento completo à mais fácil missão em campanha.

Sem a confiança e dedicação recíprocas não ha unidade moral que resista ás mais ligeiras emoções do campo de batalha.

Agosto de 1921.

ALEXANDRE MAJER

Cap. art.

Metralhadoras Pesadas

(Conclusão da pag. 317, do LXXIII ano)

III

Tiro, cooperação e ligação com as outras armas

Para tratarmos da ofensiva e defensiva, preciso é que falemos um pouco sobre o tiro das metralhadoras pesadas e da sua ligação e cooperação com as outras armas.

O tiro das metralhadoras pesadas pode ser directo ou indirecto.

Já tivemos ocasião de dizer que as metralhadoras eram mal vistas no C. E. P. e algumas vezes tentaram ridicularizar-nos, como ainda hoje. Lamentamos tal procedimento, que só coloca mal quem o pratica, por isso que revela pouco interesse pelos assuntos, que dizem respeito ao exército, com a agravante de se tratar de inovações e descobertas importantes, que deviamos procurar desenvolver e aperfeiçoar e nunca amesquinhar.

E o tiro indirecto foi uma das principais causas, que poderosamente concorreu para tal procedimento de alguns camaradas.

Contudo, se o conhecessem, estamos convencidos que não procederiam assim.

É hábito nosso falarmos mal de tudo, sem, às vezes, sabermos do que se trata.

Aí vai um facto, passado em França, e que confirma o que deixamos exposto e bem assim a justeza do tiro indirecto de que tanto duvidaram.

O oficial das metralhadoras pesadas tinha como um dos deveres, levar ao comando do batalhão os elementos do tiro indirecto.

Um dia, no cumprimento desse dever, lá fomos e o 2.º comandante do batalhão, um senhor major, lendo o relatório do tiro na presença de vários oficiais, com um sorriso irónico, dizia: isto afinal é sempre a mesma cousa — 30 jardas acima da 1.ª ou 2.ª linha, distância ao alvo 2:000 jardas. . . Era evidente que se ligava pouca importância ao tiro indirecto das metralhadoras.

Pois, meus illustres camaradas, aqui vamos reproduzir a opinião dos ingleses, que foram dos aliados aqueles que mais se salientaram em metralhadoras, indo todos os meses à sua escola uma deputação de oficiais franceses informar-se das inovações feitas por êles.

Dizem os ingleses:

«O poder ofensivo da metralhadora Wicker's tem aumentado enormemente devido ao progresso que se tem realizado com o emprêgo de grande numero de metralhadoras para o fogo indirecto».

«Dever-se-ha fazer todo o esforço para treinar oficiais de metralhadoras na parte scientifica da sua arma e assegurar que os officiais superiores do corpo de metralhadoras sejam capazes de organizar as metralhadoras para uma acção colectiva com o fim de apoiar a infantaria, tanto pelo fogo indirecto, como pelo fogo directo, quando êste seja possivel».

«A situação que se tem de prever é aquella em que momentaneamente não haverá artilharia disponivel. Nestas circunstancias, as metralhadoras devidamente manejadas serão de maximo valor para suprir a falta da artilharia.

Eis algumas opiniões dos ingleses sobre as metralhadoras e principalmente sobre o tiro indirecto.

Mais uma vez, nos afastamos do assunto principal, mas, se o fizemos, foi sómente para provarmos quão importante é o papel das metralhadoras pesadas, chamando para elas a atenção dos nossos camaradas.

Dissemos que o fogo das metralhadoras pode ser directo ou indirecto e quer um, quer outro pode ser executado de frente, ou de flanco, fixo, ou ceifando.

Falemos primeiro do fogo directo.

Para êste fogo ser executado é preciso que na frente da metralhadora não haja tropas amigas.

A que distâncias deve ser feito este fogo?

Um das instruções nossas dizem que êle se pode abrir à distância de 1:200^m sôbre grandes objectivos. Parece-nos que é êste o unico caso em que êle pode ser executado a tais distancias, pelos seguintes motivos:

1.º—Na defensiva as metralhadoras pesadas do tiro directo devem estar silenciosas, esperando a oportunidade da sua intervenção, que, a nosso ver, só se deverá realizar às pequenas distancias e, mesmo a estas, só quando puder apanhar de enfiada a infantaria atacante.

No momento decisivo do ataque é que elas devem abrir o seu fogo, constituindo uma barragem, que ceife o atacante, que o detenha e aniquile. Se, logo de início, estas metralhadoras executam um grande fogo, consomem as munições, que fazem falta para o final, e todos nós sabemos, que os remuniamentos são difíceis. Além disto, executando um fogo prematuro, denunciam as posições, que fácilmente podem ser aniquiladas, prejudicando-se assim o sistema defensivo da posição.

2.º—Na ofensiva não devem também executar fogo a grandes distancias. Acompanharão de perto a infantaria, garantindo os seus ganhos. Nas ultimas fases do combate, intensificarão, a pouco e pouco, o fogo da infantaria, principalmente quando esta prepara os avanços, devendo atingir o máximo antes do assalto. Quando êste se realizar aumentarão as alças de 300 jardas, batendo assim a retaguarda da linha de defesa inimiga. Se, a grandes distancias, vão executando fogo, gastam as munições e, devido à dificuldade de remuniamento, podem não as ter no momento oportuno, inclusivé para repelir um contra-ataque, ou apoiar uma retirada, perseguir o inimigo e consolidar a posição.

Eis os motivos, que nos levam a ser da opinião, que as metralhadoras pesadas do tiro directo, quer na defensiva, quer na ofensiva, não devem executar fogo a grandes distancias, salvo quando se lhes ofereçam bons alvos, tirando dêle vantagens apreciáveis.

Dissemos que o fogo podia ser fixo, ou ceifando. O fogo fixo produz um denso, profundo e estreito cone de dispersão.

O fogo ceifando alarga o cone, mas diminue a sua densidade e portanto os seus efeitos. Daqui concluimos, que a metralhadora terá o poder máximo contra objectivos de frente restrita, mas profundos e é por isso que a infantaria, combatendo em linha, só deveria ser considerada bom objectivo para as metralhadoras, se puder ser batida de enfiada:

O regulamento inglês diz: *é pois o fogo preferido contra o inimigo, devendo por isso assentar-se, como regra geral que só actuará de frente, quando o inimigo seja obrigado a passar em pontos apertados, pontes, ravinas, desfiladeiros, etc.*

Do que deixamos exposto concluimos:

- 1.º Na barragem de frente o fogo é ceifando;
- 2.º Na barragem de flanco convem que seja fixo, ou então com uma ceifa muito pequena;
- 3.º A barragem do 2.º caso é a preferível.

Eis porque, em França, as metralhadoras da defesa, as da 2.ª linha, executavam barragens de flanco e não de frente, apesar de muitos suporem, que a barragem de frente é preferível.

Vamos agora falar sobre o tiro indirecto para depois tratarmos de barragens.

O tiro indirecto só se pode executar, ou melhor só podemos determinar os seus elementos, possuindo cartas na escala $\frac{1}{10.000}$ ¹.

Dois elementos temos a determinar para o tiro indirecto, «ângulo de tiro», ou elevação a dar à metralhadora e a «directão».

Ângulo de tiro. Marcada na carta a posição da metralhadora, determinamos a diferença de nivel entre esta e o alvo e bem assim a distância a êste e às nossas tropas. Entramos nas tabelas com a diferença de nivel e a distância alvo e obtemos o ângulo de tiro. Com as duas distâncias, ao alvo e às nossas tropas, determinamos na tabela um número, que é a ordenada minima do cone de fogo. Para as diferentes distâncias às nossas tropas há respectivamente várias tolerâncias. Se aquela ordenada é igual, ou superior à tolerância requerida é possível o fogo, caso contrário não.

¹ As cartas do nosso estado maior são na escala $\frac{1}{20.000}$.

Direcção. Por meio do transferidor e da carta, por exemplo, marcamos o azimuth do alvo em relação a posição da metralhadora. Existindo a linha zero ¹, se o azimuth do alvo for superior à direcção da linha zero, obtemos a diferença e marcamos-la no limbo para a esquerda do zero; se for menor, da mesma forma fazemos a diferença, marcando-a para a direita do zero do limbo graduado da direcção.

Outro processo de se obter o tiro por cima das nossas tropas consiste no emprêgo do binoculo com graticulas, do cartão e fio, das graticulas e das alças.

Eis uma rápida idea sôbre a forma de se fazerem os cálculos para o tiro indirecto. Por ela se vê que os officiaes das metralhadoras não tentam *armar* em artelheiros.

Dissemos, que as metralhadoras do tiro directo não deviam fazer fogo a grandes distâncias e apontamos os motivos, porque assim devia ser. O fogo a estas distâncias pertence às metralhadoras do tiro indirecto, devendo estas executar barragens, que impeçam o avanço do inimigo e principalmente dos seus reforços, e o seu fogo incidir sôbre a orla dos bosques e povoações, sôbre caminhos enterrados, mas fácilmente infiáveis, porque caso contrário será nulo. Fomos sempre de opinião contrária aos alvos de S. O. S. attribuidos às metralhadoras do tiro indirecto no sector de Fauquissart. Êsses alvos eram três trincheiras, bem travesadas, Clara, Berta e Irma. Devido aos travéses os efeitos do tiro eram quasi nulos. O terreno entre essas trincheiras é que devia ser batido pelas metralhadoras. Os nossos obuses, fazendo fogo sobre as trincheiras de comunicação, impediam o avanço por estas e as metralhadoras, tomando, como alvo, o terreno entre aquelas impediam da mesma forma o avanço em terreno descoberto.

O tiro indirecto pode ser feito até à distância de 2:800 jardas, ou sejam 2:520^m.

As metralhadoras dêste tiro podem ter um consumo maior de munições, visto terem mais facilidade no seu remuniciamento.

Êste tiro, da mesma forma como o directo, pode ser feito de frente ou flanco, ser fixo ou ceifante.

¹ Apresentámos a S. Ex.^a o Sr. Ministro da Guerra, uma memoria na qual indicamos um processo de obter as linhas zero.

Apesar de fáceis os seus cálculos, é preciso o maior cuidado, a fim de garantir a segurança das nossas tropas. Fazendo-se o tiro por cima destas com o ângulo de segurança, isto é, empregando o binoculo com graticulas, cartão e fio, etc., maior deve ser êsse cuidado. Êstes calculos são feitos só por officiais e eis o motivo, porque no nosso primeiro artigo dissemos, que ás baterias, tendo oito metralhadoras, deviam possuir cinco subalternos, dois para cada secção de duas metralhadoras, atenta a responsabilidade do tiro, e o quinto para reserva.

Além destas espécies de tiro temos ainda o *de exploração de contra-vertentes e o anti-aéreo*.

As contra-vertentes prestam-se para as disposições preparatorias do ataque, manobrando-se a coberto das vistas do inimigo, partindo-se, é claro, da hipótese que não há aeroplanos.

Compreende-se, pois, quão importante é o tiro de exploração de contra-vertentes, podendo estas ser batidas, impedindo-se tanto quanto possível disposições de ataque do inimigo. Para que êste fogo seja possível, é preciso colocar a metralhadora a uma distância tal da crista, que o cone de fogo passe por cima dela e caia na contra-vertente com um ângulo maior do que o formado pelo declive do terreno. Existe uma tabela constituida de forma a dar-nos a distância da posição da metralhadora à crista.

O tiro anti-aéreo emprega-se contra aeroplanos, fazendo-se uso de pontos de mira e alças especiais. É um tiro difficil, já porque exige muita prática, já porque os factores que nele influem variam muitissimo.

Não se deve executar a distâncias superiores a 1:300 jardas. A alça é circular, com nove orificios, um no centro e os restantes na periferia. Conforme a direcção do alvo, assim se faz uso dum dos orificios, tirando a linha de mira por êle, ponto de mira ao alvo. Só com um considerável número de metralhadoras é que podemos dizer que este tiro seja eficaz.

Eis uma rápida idea sobre o tiro das metralhadoras e que nos há de servir para definirmos o emprêgo das metralhadoras na ofensiva e defensiva.

Barragens

As barragens das metralhadoras servem para impedir, que o inimigo penetre numa curta área de terreno, não permitindo, que atravesse uma ou todas as linhas, que a limitam. As barragens podem, pois, ser de frente, de flanco, em relação á nossa frente, ou mixtas.

Vejam os agora qual a frente ou limites desta, que cada metralhadora pode cobrir.

Nas barragens das metralhadoras, essa frente tem dois limites, o superior e o inferior.

Este produz uma barragem eficaz, comparável nos seus efeitos a uma intensa barragem de artilharia e que deverá produzir, em terreno plano, cêrca de 50 % de baixas a qualquer tropa inimiga, que a tentasse atravessar. Podemos empregar estas barragens para repelir completamente um contra-ataque.

O limite superior produz uma barragem com a espessura mínima e que se pode aplicar sem haver intervalos. Pode-se empregar esta barragem, quando se deseja impedir o inimigo de guarnecer os seus parapeitos, escapar-se em campo aberto, etc.

Como regra geral, podemos calcular o número de tiros, a empregar em cada rajada, no dobro dos dois primeiros algarismos da distância ao alvo, expressa em jardas. Assim, para a distância de 1.400 jardas, as rajadas devem ser de 28 tiros.

Indiquemos as regras pelas quais se obtêm os limites superior e inferior.

Barragem de frente

Limite inferior: multiplica-se por 4 o ângulo de queda para o alcance a que se está fazendo a barragem.

Limite superior: é de 70 jardas por metralhadora para todos os alcances.

Barragem oblíqua

Limite inferior; idêntico ao caso anterior.

Limite superior: para todos os alcances é de 70 jardas com mais duas jardas por cada grau de obliquidade, não podendo exceder o máximo de 150 jardas.

Barragem de flanco

Limite inferior: idêntico aos casos anteriores.

Limite superior: 150 jardas para qualquer distância, devendo empregar-se alças diferindo de 25 jardas para se obter uma barragem pouco espessa, mas contínua.

Para distâncias inferiores a 1.300 jardas empregar-se-há sómente o limite superior, indicado para as barragens de frente, obliqua e de flanco.

Ligação e cooperação com as outras armas

A ligação e cooperação das diferentes armas no campo da batalha, todos nós sabemos, são importantísimas. Desnecessário se torna encarecer a sua importância, pois é intuitiva e o assunto está já bem esclarecido. Desgraçado exército aquele em que os esforços das diferentes armas se não conjugam e deixam de ser convergentes para caírem na divergência!

A união, que faz a fôrça, obtem-se pela ligação, cooperação e íntima camaradagem entre todas as armas.

S. O. S.! gritava a sentinela da artilharia e esta rompia o seu fogo rápido e certo e, quantas vezes, os nossos artilheiros não exclamavam: *fôrça rapazes! que a nossa infantaria está em perigo!!* E os nossos infantaria, quando a ouviam significavam o seu contentamento com esta frase: *eh! gajada! já canta a nossa!!*

No 9 de abril faltaram as ligações, porque tudo destruiu o bombardeamento, mas, apesar disto e do intenso nevoeiro, todas as armas cumpriram o seu dever, cooperando para o mesmo fim.

A heroica e sacrificada infantaria lutou até morrer ou cair prisioneira!

As metralhadoras combateram até ao aniquilamento das posições, que serviram de tumulo às praças, que as guarneciam, ou até ao esgotamento das munições!

A artilharia, cobrindo-se de glória, e escrevendo talvez a página mais brilhante da sua história, gravada, para sempre, a ferro e fogo, com baixas enormes, salvo erro 60% dos seus

efectivos, lutou até ao esgotamento completo das suas munições!

A camaradagem foi completa.

Preguntar-se-há, então, porque é que o inimigo não foi repellido e nós fomos esmagados?

Várias foram as causas e todas as conhecem, contudo citaremos algumas.

1.^a—Efectivos de ataque muitissimo superiores aos da defesa, que era fraca já pela sua densidade, já pelo esgotamento físico.

2.^a—As tropas não estavam escalonadas no sentido da profundidade. A nossa defesa era constituída por uma tenue linha, sem apoios. Inclusivamente a linha das aldeias estava desguarnecida!

3.^a—A artilharia pesada tinha seguido para o Some. Poucas baterias tínhamos desta artilharia.

4.^a—O arame farpado, por toda a parte estendido, permitia o remuniamento da artilharia só pelas estradas, ou caminhos completamente batidos, de forma que houve baterias que só fizeram o remuniamento uma vez, porque os seus escalões foram aniquilados.

5.^a—Porque, e compreende-se, em todos os ataques, as tropas das primeiras linhas foram sempre aniquiladas, ou aprisionadas, devido ao emprêgo enorme de artilharia, que começava no 5^{cm},5 e terminava no 48. Imaginem-se barragens e fogos de destruição feitos por uns oito ou nove calibres, num troar contínuo e diga-se se as tropas das 1.^{as} linhas podiam repellar tal ataque!?

6.^a—A defesa do sector inglês à nossa esquerda, sendo fraca (defesa feita por postos, fazendo as suas metralhadoras barragens de frente) foi facilmente esmagada e as tropas inglesas, retirando para defesa do seu flanco direito, deram lugar à passagem do inimigo que nos veio cercar.

Eis as principais causas. Outras há, mas não nos pertence relatá-las.

Alguns camaradas nossos, muito poucos, daqueles que cá ficaram, ao lerem a notícia do ataque ao nosso sector, disseram: *«fugiu tudo. Eis, porque se deu o desastre»!*

Não temos procuração dos nossos camaradas do 9 de abril, mas aqui deixamos o nosso grito de revolta contra aque-

les que, desejando talvez atacar a nossa intervenção, feriram a honra de quem, cumprindo o seu dever, pela comodidade deles se sacrificou!

E nós, que tínhamos resolvido não sair mais fora do assunto a tratar, outra vez o fizemos! Que no-lo perdôem os nossos queridos leitores, mas faz bem desabafar.

Voltando ao nosso assunto, diremos que as metralhadoras necessitam de estar em completa e íntima ligação com as outras armas e consigo próprio.

a) Consiço próprio: Estando as metralhadoras grupadas em bateria a cooperação e ligação entre elas tornam-se mais fáceis, devendo o comandante da bateria ser continuamente conhecedor da sua situação, e assegurar a ligação e cooperação das suas metralhadoras com as das baterias que estiverem nos flancos.

b) Com a infantaria: Devem ter uma cooperação e constante ligação com esta arma, quer no ataque, quer na defesa. As metralhadoras precisam de ter conhecimento dos avanços e retiradas da infantaria, antes dêles se realizarem, a fim de poderem executar as suas barragens, impedindo que o inimigo avance, ou seja socorrido. Com as metralhadas do tiro directo é mais fácil a ligação e bem assim a cooperação, não sucedendo já o mesmo com as do tiro indirecto, porque se encontram mais afastadas; mas com estas a ligação é importantíssima, pois, se a infantaria avança sem as metralhadoras serem informadas, pode aquela ficar sob o fogo destas. A infantaria, conhecedora das suas necessidades, deve indicar às metralhadoras do tiro indirecto os objectivos bons e que devem ser batidos. Estas metralhadoras devem ter observadores junto dos comandantes das companhias, empenhadas no ataque ou na defesa. Umás instruções inglesas dizem: torna-se necessário mandar um oficial de ligação de metralhadoras para o quartel general das brigadas e, se até for possível, um para cada batalhão ¹.

¹ Com a organização preconizada no 1.º artigo, cada divisão ficava com dois grupos a três baterias. As 3.ªs ficavam divisionárias. Dissemos também que os 2.ºs comandantes faziam falta. Justificamos agora o nosso modo de ver. Tendo, cada divisão, dois grupos, haveria em cada uma delas, dois comandantes e dois 2.ºs comandantes. Atendendo às necessidades das ligações, faríamos assim a sua divisão: o comandante de grupo, mais antigo, ficava junto

c) **Com as metralhadoras ligeiras:** Basta dizer, que se completam umas às outras, nas barragens, para concluirmos, que são importantíssimas a ligação e cooperação entre elas.

d) **Com a artilharia:** As metralhadoras pesadas que, principalmente, têm de estar em ligação com esta arma são as do tiro indirecto. Para a justificarmos, além do que já transcrevemos do regulamento inglês no principio dêste artigo, diremos mais o seguinte, tirado também dos ingleses: *«além do valor que têm as metralhadoras para intensificar a barragem, o seu emprêgo eficaz para neutralizar os pontos de apoio, ou ninhos de metralhadoras inimigas e até mesmo baterias inimigas, (missões que até hoje têm sido inteiramente confiadas à artilharia), poderão facilmente concorrer para o completo êxito duma operação em que o apoio da artilharia seja limitado. Contudo, isto só se obterá, se, além de se atingir um elevado grau de aperfeiçoamento por parte do oficial e instrução e habilidade técnica dos oficiais, se estabelecer a mais estreita cooperação com a artilharia e um conhecimento profundo das metralhadoras da parte dos oficiais daquela arma»*

As metralhadoras utilizadas para o fogo de barragem, entre outros fins, têm êste: *«tornar mais profunda a barragem móvel de artilharia, devendo esta barragem ser elaborada com a daquela arma»; «estabelecer uma barragem protectora, principalmente, quando a infantaria tenha avançado, além do alcance da artilharia que a apoia».*

As baterias de artilharia de acompanhamento devem ser substituídas por baterias de metralhadoras. Estas não se expõem tanto nas suas mudanças de posição, como a artilharia, e intensificam da mesma forma o fogo da infantaria. Alivia-se assim a artilharia que deve ficar com os objectivos que só a ela dizem respeito.

É necessário, pois, que os oficiais de artilharia conheçam bem o papel das metralhadoras, devendo com estas ser combinado o plano de ataque ou defesa.

do comando da divisão; o outro comandaria as 3.^{as} baterias divisionárias; os 2.^{os} comandantes, comandariam, respectivamente, as 1.^{as} e 2.^{as} baterias dos seus grupos, ficando junto dos comandos das brigadas. Nos batalhões, conforme as circunstâncias táticas, ou o comandante da bateria, ou um subalterno. Um oficial por batalhão, sendo êstes doze, era preciso igual número só para as ligações.

A título de curiosidade, transcrevemos a parte dum relatório secreto inglês, que nos foi lido na escola de metralhadoras pesadas do C. E. P. e que encontramos nos nossos apontamentos dêsse tempo: «uma metralhadora de flanco, avançando, tomou de enfiada a 1.700 jardas, como objectivo uma bateria alemã. Matou-lhe as guarnições e estabelecendo uma barragem pela retaguarda, paralela à frente ocupada pela bateria, impediu que o pessoal de reserva pudesse ocupar os seus lugares e continuar o fogo. A bateria foi reduzida ao silêncio por uma só metralhadora, até que esta foi aniquilada por uma granada.

Entraremos no próximo artigo na defensiva e ofensiva, depois de falarmos um pouco sôbre as características das metralhadoras, o que ainda não fizemos, mas que é necessário fazer-se para assim podermos defenir as missões das metralhadoras pesadas.

E, terminando êste artigo, vamos dizer o que, por lapso, não dissemos no primeiro, quando tratamos da organização dos Grupos no C. E. P. e em Portugal. Pelo que expusemos, depreende-se que necessitavamos de 16 grupos a 3 baterias. Esquecemo-nos de dizer que a criação de mais um se tornava necessária, grupo independente, com todo o pessoal montado, adstricto à cavalaria de descoberta.

MANUEL COUTO JUNIOR.

Cap. do 3.º G. M.

Sanatório para os sargentos tuberculosos

Impressionados pelo facto de, em quási todas as guarnições militares, existirem camaradas tuberculosos, susceptíveis de cura alguns, perdidos pelo estado adiantado de doença outros, mas todos condenados pela falta de tratamento apropriado e condigno, e convencidos de que em Sanatórios especializados tantos infelizes encontrariam, com o adequado tratamento, a salvação, um grupo de sargentos, dedicadamente auxiliados pelo jornal da classe, intitulado *Marte*, resolveu empreender uma altruista propaganda em favor dos seus ca-

maradas perseguidos pelo terrível vírus da tuberculose, com o fim de reunir recursos suficientes para a devida organização de um Sanatório, exclusivamente destinado a dar combate áquela enfermidade, de que sejam portadores os ditos seus camaradas.

Entendendo que, para tal pensamento lavrar e se intensificar, muito conviria centralizar o encargo da recepção e arrecadação das dádivas que, para tal fim, se forem obtendo, os iniciadores do generoso pensamento resolveram dirigir-se ao *Diario de Noticias* a pedir-lhe, que se encarregasse da nobre missão exposta, porquanto a larga publicidade de que êste jornal dispõe e a contínua recordação por êle feita da existência da aludida subscrição, por certo contribuiriam eficazmente para a maior expansão da idea concebida.

Escusado será dizer que o *Diario de Noticias*, sempre disposto a auxiliar com a vasta publicidade, de que dispõe, todo o movimento que tenha por fim o auxilio dos menos bem protegidos da sorte, prontamente aceitou o constituir-se centro e prestimoso auxiliar da cruzada, que temos referido.

Devemos ainda acrescentar, que com recursos de outra natureza contam ainda os promotores da dita cruzada para a levar a efeito, e são os seguintes:

1.º A contribuição de um dia de vencimento, por parte de todos os sargentos, compreendendo nesta cedência as gratificações a que hajam direito;

2.º A organização, em todas as guarnições militares, de grupos dramáticos, destinados a dar um ou mais espectáculos, cujos produtos liquidos reverterão para a fundação do projectado Sanatório;

3.º A organização nos centros coloniais, que a tal fim se prestem, de saraus da mesma natureza;

4.º Contribuição voluntária de \$50 mensais por cada sargento;

5.º Cedência, por parte de todos os núcleos de Associações de Fraternidade Militar, das quantias que possam dispensar a uma tal obra benéfica, o que se diz caber dentro das atribuições dos respectivos corpos gerentes;

6.º Solicitar do Estado um subsídio, logo que esteja reunido o capital que demonstre a exequibilidade da tentativa agora iniciada;

7.º Solicitar, também, do Estado a cedência de um edifício, que satisfaça aos fins sanitários visados, se êle existir;

8.º No caso que não seja viavel o pensamento anterior, construir um edifício expressamente destinado ao fim que se pretende.

Com a lealdade que a todos devemos, mas mais rigorosamente ainda aos camaradas com quem compartilhamos de todas as agruras da vida militar, que não são exclusivo de uma só classe, cumpre-nos expender a nossa opinião no assunto. E é ela de ser ao Estado que cumpre tomar a si a principal resolução da questão sujeita, mas sem prejuizo de qualquer iniciativa dos interessados no mesmo sentido, que não só deve ser respeitada mas animada.

• O Estado tem o direito de dispôr da vida de todos os indivíduos, que a oferecem, voluntariamente ou por disposição legislativa, para assegurar a defesa do torrão pátrio e a manutenção da ordem pública. Mas, como aos direitos são sempre inerentes certos deveres, ao Estado correlativamente pertence, como o principal dêstes, o vigiar cuidadosamente pela saúde e bem estar de todos os indivíduos, que lhe sacrificam, com a própria existência, a sorte dos que, para êles, valem mais do que esta, que são os membros das respectivas familias.

¿ Há nas várias corporações militares os tuberculosos, que se alega, uns em caminho de se constituirem presa da morte, se não forem devidamente tratados, outros já fatalmente acorrentados a esta? A afirmativa não é susceptivel de dúvidas.

Em todos os exércitos do mundo, ainda naqueles em que o pessoal militar é mais fartamente remunerado, como succede na Inglaterra, a tuberculose figura nas estatísticas sanitárias como sendo o maior dos flagelos, que oprime os indivíduos que seguem a carreira, e qualquer que seja a sua situação na hierárquia militar. Mas em todos êsses exércitos succede, que o poder militar dedica os maiores desvelos, e aplica somas quantiosas para debelar o terrível mal, reconhecendo assim o dever, que lhe corre, de ser o principal garante do adequado tratamento de todos quantos na vigência do serviço das armas adquirem qualquer espécie de enfermidade.

Para êste fim, êles dispõem de uma corporação, a quem cabe a grandiosa responsabilidade, não só de tratar os doentes, mas

prevenir as enfermidades, e muito especialmente as que são terrivelmente devastadoras, como succede à tuberculose.

Ora, em Portugal, o poder militar, digno é fazer justiça aos órgãos de governo, como aos indivíduos, por vezes tem chamado a atenção do corpo de saúde militar para o conveniente estudo dêsse magno problema, incumbindo-lhe a proposta conveniente de todos os processos e precauções tendentes a assegurar nos meios militares a mais perfeita profilaxia contra a invasão do morbo da tísica e o conveniente tratamento dos indivíduos atingidos.

¿O problema tem sido apreciado pela referida corporação com a escrupulosa investigação, competência e zêlo profissionais que exige? Não temos, de momento, elementos suficientes para o assegurar, porque desconhecemos, especialmente dos ultimos tempos, quer os trabalhos das comissões a quem, por vezes, tem sido confiado tal estudo, quer ainda os relatórios dos chefes de serviços médicos, a quem cabe regulamentarmente a *constante* missão aludida. Mas, o que nos convém salientar bem nesta ocasião, é que a competência e o zêlo se não afirmam sómente com o pôr em relevo, neste ou naquele documento, qualquer promenor das questões vitais para as sociedades constituídas, mas se torna essencial, para que tal intervenção se torne eficaz, a tenacidade, a escolha do momento adequado e o modo sugestivo como devem ser apresentadas as ditas questões aos poderes públicos. Diz-se, em tese, que pôr uma questão é resolvê-la: satisfatoriamente, quando bem apresentada; negativamente, no caso contrário. Nada há mais certo.

Os membros dos governos só muito excepcionalmente conhecem os assuntos de ordem tão restritamente técnica, como são os médicos, e, por isso, é essencial que ao serem-lhes estes submetidos, se use da oportunidade e de arte, que constituem o segrêdo mais apreciavel e proveitoso dos burocratas distintos. Não nos faltam competências de toda a ordem para o conseguimento de quanto se torna necessário para assegurar o progresso nas instituições militares; o necessário é que sejam devidamente aproveitadas.

Muito incidentalmente nos vieram ao espírito as considerações precedentes, ao memorar a iniciativa tomada por alguns dos nossos beneméritos companheiros de armas, os sar-

gentos, em favor de desditosos camaradas da sua respectiva classe.

No que escrevemos não se mira a personalidades, como é próprio do jornal em que tais razões são publicadas, nem a procurar ferir as susceptibilidades da corporação médica, na qual figuram amigos certos e muito apreciados. O nosso fim é, como que fazer sentir a conveniência do Estado não abdicar nas iniciativas particulares do dever, que lhe assiste, e é consequência obrigada dos direitos, que ele usufrui em matéria de defesa nacional e da manutenção da ordem, de vigiar cuidadosamente pela vida e saúde dos que as dedicam exclusivamente a assegurar a força e prosperidade nacionais pela manutenção da ordem. Quando as iniciativas particulares surjam, apenas devem servir para facilitar a obra das diligências oficiais, devidamente estimuladas pelo sentimento de responsabilidade dos competentes funcionarios.

Está muito bem, e merece o nosso aplauso, repetimos, que os sargentos se empenhem em assegurar do melhor modo possível o prolongamento da vida dos seus camaradas tuberculosos. E tão sincero é esse sentir, que a direcção deste jornal resolveu associar-se á subscrição encetada, em nome da *Empresa da Revista Militar*, com a modesta quantia de cinquenta escudos, sentindo só do intimo de alma, que as dificuldades, que afligem a vida de toda a imprensa nacional, lhe não permita avolumar essa quantia, que na presente data é entregue na administração do *Diario de Noticias*, conforme o desejo dos promotores da subscrição.

Mas, simultaneamente, cumprimos um dever de consciência, emitindo o parecer de que a questão posta agora pelos sargentos merece que os poderes públicos lhe votem paralelamente a devida atenção, robustecendo assim a iniciativa daqueles militares. O estudo da tuberculose sob o ponto de vista, não só da sua profilaxia como do seu tratamento, convém que volte à tela da discussão nas esferas superiores técnicas da corporação médico-militar, para seguidamente ser levada ao conhecimento do governo com a propriedade, elevação e segurança correlativas aos altos méritos dos ilustres profissionais, que compõem a dita corporação, dando-se a devida publicidade a tal estudo, a fim de que se não possa jámais erguer qualquer leve suspeita sobre o largo espirito de

benemerência e alta competência, que destingue os respectivos profissionais.

E, se êles entenderem que a organização de um ou mais sanatórios especializados se tornam indispensaveis, como providência aconselhada pelas mais eminentes autoridades médicas, para salvaguardar a vida e saúde dos soldados portugueses, qualquer que seja a hierarquia dêstes, sabemos bem que nos bancos do poder se assenta, quem pela cultura do espirito e sentimentos do coração jámais permitirá, sem esgotar todos os esforços possiveis, que êsse melhoramento deixe de receber pronta sanção.

E do episódio agora surgido em favor de um sanatório para sargentos tuberculosos resultará, quando menos, o alto serviço de promover novamente a atenção dos poderes públicos para a conveniente solução de um dos mais graves problemas que, há longo tempo, preocupa os cuidados das corporações tecnicas e dos poderes militares de todos os países civilizados.

M. S.

Obras oferecidas

- 1 **Lições da Grande Guerra.** — GENERAL ADRIANO BEÇA. — 1 volume de 288 pag. (0^m,22 × 0^m,16). Lisboa, 1922.

Raras vezes o nosso espírito tem colhido na leitura dum livro, em que sejam versados assuntos técnico-militares, impressão tão lisongeira e admirativa como a que recebemos ao reler na integra a obra «*Lições da Grande Guerra*», que já havíamos apreciado na brilhante série de artigos da *Revista Militar*, devidos à pena burilada do ilustre general Adriano Beça, uma das individualidades mais em destaque no nosso meio militar, pela sua erudição e qualidades de escritor elegante e vernáculo.

Sabemos todos quantas obras notáveis viram já a luz da publicidade, da autoria dos mais distintos escritores militares, dos de maior nomeada e fama, das nações beligerantes e ainda das que não terçaram armas nessa emocionante luta, a propósito da conflagração armada, chamada a *Grande Guerra*, a maior e mais terrivel de todos os tempos, e como de maneiras diferentes estão sendo discutidas e apreciadas, por vezes até com demasiada paixão, as fecundas lições nela colhidas e que nos permitem, desde já, antever que não só a técnica mas também os processos táticos e os métodos gerais da guerra, sofrerão transformações sensíveis. Pois em nosso parecer, e dizemo-lo com desvanecimento, o trabalho do nosso estudioso camarada afigura-se-nos um dos mais completos e bem deduzidos.

É êste, sem dúvida o maior elogio que podemos fazer ao seu livro, escrito com muita honestidade e brilho, e revelador das suas há muito conhecidas faculdades de trabalho e competência profissional.

Em dez sugestivos capítulos, que lemos ávidamente, qual dêles de mais palpitante interesse, começando pelo estudo scintilante da evolução na arte de combater, aprecia o caracter da luta nas trincheiras, mostrando, através da análise serena e ponderada dos factos, que essa luta, na última campanha, marca apenas uma variante na fisionomia do combate moderno e que os princípios fundamentais da guerra, em geral, não mudaram—como opina Serrigny—mas somente se assinalaram sensíveis variantes na aplicação desses princípios, nos meios de fazer a mesma guerra, nos processos táticos a empregar em presença da multiplicidade dos novos inventos, da grande perfeição das armas e dos explosivos de enorme força expansiva que surgiram nos campos de batalha, mercê dos notáveis progressos das sciencias, das artes e das indústrias.

Estudando as formas essenciais da guerra: a *ofensiva* e a *defensiva*, tão debatidas na imprensa da especialidade, desde o último quartel do século que findou, chega à conclusão de que o emprêgo alternado delas, conforme a situação, tem sempre assinalado as operações dos guerreiros de maior fama, das mais fulgurantes, espadas de que nos fala a história militar da humanidade.

Assim é que, segundo Bonnal, as vantagens das teorias ofensivas das grandes escolas alemãs e francesas não perderam ainda nada do seu valor, muito embora em numerosas circunstâncias a ofensiva deva ceder o passo à defensiva e esperar que a sua entrada em acção tenha sido bem preparada.

*

* * *

Trata pormenorizadamente dos novos inventos: a *aeronautica* e o *automobilismo*, e da sua acção nas operações militares. Mostra, com uma clareza inofuscável, que os progressos da navegação aérea se afirmaram mais nos quatro anos da *Grande Guerra* do que no decorrer do meio século precedente, em que as maiores e mais poderosas potências da Europa invidaram os seus melhores e mais instantes esforços para aperfeiçoarem os maquinismos aeronauticos, os quais tendo nas primeiras fases da luta uma função essencialmente esclarecedora, como sentinelas vigilantes no espaço, pelo que revolucionaram a tática de informações, passaram depois a exercer também um papel importante no combate moderno, como auxiliares da artilharia, arremessando dos ares poderosos projecteis duma considerável potência destruidora.

Realça a influência do automobilismo como meio de acção estratégica e importante factor tático no campo de batalha e a sua intervenção na inolvidável batalha do Marne, o primeiro grande desastre para as águias alemãs; na campanha da Galicia, em 1915; na defesa de Verdun, em 1916; e na campanha da Romania. Exalta também a importância dos carros de assalto.

Depois de dar uma idéa geral sôbre a artilharia dos principais exercitos beligerantes, e sôbre o emprêgo dos canhões de grande e pequeno calibre, mostra as tendências que se desenham e são justificáveis, para uma nova classificação do material desta arma. Refere-se ainda às metralhadoras e espingardas metralhadoras, e á multiplicidade das suas applicações.

Historia o papel da infantaria, da cavalaria e da engenharia nessa contenda inolvidável e monstruosa. A *rainha das batalhas*, forçada pelas exigências do combate moderno, foi compelida a alterar a constituição orgânica das suas unidades e os dispositivos para a peleja.

Faz breves considerações sôbre o dispositivo do glorioso corpo português que operou na Flandres, com o tradicional valor da lusa gente.

Pelo que respeita à cavalaria, faz ressaltar a tendência para uma nova orientação dos processos táticos desta arma, e expõe as transformações operadas na brilhante cavalaria francesa durante a guerra. Trata do progresso da fortificação e do papel importante das tropas de engenharia nas suas varias especialidades.

Refere-se à luta empolgante que na heroica Belgica se travou entre o parapeito e o canhão, na qual êste conseguiu triunfar, confirmando o seu espantoso poder de destruição.

Não esquece os serviços auxiliares, qual dêles mais importante, para mostrar, com verdade, o alto papel que lhes incumbe nas pugnas de hoje.

Termina o general Beça o seu notável trabalho, pelo estudo minucioso e amplo da *batalha*, como o argumento decisivo da guerra, compreendendo uma série de acções ofensivas e defensivas, intimamente ligadas, até aquele dos contendores que melhor souber congregar todas as suas forças e empregar todos os meios e instrumentos disponíveis, conseguir a almejada vitória. Expõe o que nela deverá ser considerado do domínio da estratégia, e do domínio da tática.

E faz tudo isto, tomando em consideração que na guerra da actualidade são postos em jogo os multiplos elementos de acção e os mais perfeitos aprestos de combate que os beligerantes foram sucessivamente inventando, imprimindo-lhes uma perfectibilidade tal, que excedeu as previsões dos grandes luminares da sciência da guerra.

Dá uma idéa bastante desenvolvida dos actuais processos de ataque e defesa derivados dos ensinamentos colhidos no conflito europeu e que se aproximam sensivelmente dos que nele seguiram os dois exércitos que, pela sua orgânica, exuberância de material, excelência de quadros, espirito combativo e alta envergadura de comando, deram a nota predominante nas mais importantes operações dessa memorável guerra: o francês e o alemão.

Apresenta os característicos da *batalha de ruptura* e expõe as suas fases variadas. Faz também referência às doutrinas da ofensiva alemã, bem como à acção ofensiva e defensiva das grandes unidades, aos seus diversos escalões de ataque e escalonamento em profundidade.

É, no nosso modesto parecer, a parte mais interessante do livro e aquela em que o seu autor confirma amplamente os seus vastos conhecimentos da arte da guerra, já anteriormente revelados noutros trabalhos valiosos e dignos de apreço. Profetizamos-lhe, por isso, o merecido triunfo.

*

* * *

Sentindo que os acanhados moldes duma simples noticia e o minguado espaço de que dispomos, nos não permita mais pormenorizada referência a estudo de tão incontestável valor scientifico militar, e que é um perfeito e conceituoso repositório em que os estudiosos encontram inteligente e metódicamente expostos todos os ensinamentos colhidos na *Grande Guerra*, apraz-nos ao menos deixar aqui consignada a nossa viva admiração pelos méritos do autor, ao qual, de há muito, nos prendem laços de uma estima tão affectuosa como inquebrantável.

2 **História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique, de 1833 aos nossos dias**, por JOSÉ JUSTINO TEIXEIRA BOTELHO.—1 volume de 594 páginas (0^m,23 × 0^m,15) — Coimbra-Imprensa da Universidade, 1921.

Tendo o nosso distinto confrade, coronel sr. Teixeira Botelho, sido incumbido pelo govêrno da República, em 1917, de escrever uma obra histórico-militar sôbre a Provincia de Moçambique, desempenhou-se do honroso e por todos os titulos merecido encargo, dando, no final do próximo passado ano, à publicidade um interessante livro com o titulo: «*História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*».

A escolha do illustre académico, que, além de ser uma autêntica glória do professorado português e um profissional de incontestável mérito, já em anteriores trabalhos havia revelado notáveis aptidões como pro-

sador vernáculo e elegante e como historiador de impecável imparcialidade e justo critério e alcançara o lugar de campeão no torneio literário aberto para comemoração do primeiro centenário da Guerra Peninsular, impunha-se, pelas qualidades que o recomendam, e por constituírem o penhor seguro de que produziria uma obra excelente de crítica e verdade. Assim sucedeu.

Pena é que circunstâncias várias influissem para que Teixeira Botelho, que a principio havia concebido um mais vasto plano para o seu trabalho, o qual devia constar de dois volumes de texto e dois de provas, todos êles já iniciados, concluísse e desse primeiramente à estampa, unicamente o que devia ser o último a publicar, e que se ocupa da história daquela Província, essa tão apeteçada e invejada joia colonial que os nossos gloriosos antepassados nos legaram, somente no período que decorre desde o estabelecimento do regimen liberal no nosso país, em 1833, até à proclamação da República.

Não entra também na apreciação dos acontecimentos que se desenvolveram na nossa Africa Oriental, nos últimos tempos, porque, em seu parecer: «a crítica histórica não poderia por enquanto escrever-se desasombradamente sem o risco de ser acoimada de parcial.»

Compreende o livro uma introdução e quatro partes, subdivididas em vários e interessantes capitulos. A introdução contém um resumo geral do estado da Província, sob os seus principais aspectos no inicio do período histórico que a obra abrange.

Nela expõe, sumáriamente, mas com superior método, clareza e verdade, os factos mais essenciaes cujo conhecimento é indispensável para bem se comprehender o seguimento da história politica e militar de Moçambique. Começando por pintar, com côres vivas, o quadro desolador do referver das paixões politicas naquela colónia, à data do triunfo definitivo do regimen liberal, mostra como elas, subvertendo a ordem e a subordinação, abalavam a auctoridade dos antigos capitães generais, que faleceram com o absolutismo, e dos modernos governadores e seus subalternos.

Estuda o território da Província e a sua população, problema deveras complicado pela escassêz de elementos de consulta, visto ser o brigadeiro Abreu Lima o primeiro funcionário que, durante o seu consulado (1843-1847), mandou fazer o recenseamento dos habitante da capital e das vilas dos govêrnos subalternos.

Expõe a situação económica e as sucessivas modificações e aperfeiçoamentos operados na sua divisão administrativa e judicial; e, tratando da ireja, faz ressaltar a importância das missões religiosas portuguezas, como factor da educação e do progresso do indigena, considerando-as como um dos mais valiosos elementos para radicar a nossa influência na histórica colónia, que é o testemunho inofuscável da aptidão colonizadora da lusa raça. Apresenta também a nota dos governadores e assignála os mais importantes serviços que alguns dêles ali prestaram.

*

* * *

Não nos sendo possível, por carência absoluta de espaço, fazer a análise pormenorizada da restante matéria contida no precioso livro de que nos vimos ocupando, vamos fazer-lhe apenas rápida referênciã.

Na primeira parte, dividida em oito capitulos, estudam-se os recursos militares da colónia e todas as reformas tendentes a melhorar a força pública na sua orgânica, material, instrução e disciplina.

Na segunda, são minuciosamente tratadas as várias e algumas delas bem cruentas campanhas militares que tiveram por teatro as terras de Moçambique, até à pacificação da Zambesia, em 1888.

Na terceira, descrevem-se os limites da Província, e expõem-se criteriosamente as negociações diplomáticas de que elas foram objecto, e

que por vezes tanto magoaram a alma nacional e ofenderam os nossos seculares direitos, findando no tratado com a Inglaterra em 1891.

A quarta e última parte, contem, em doze sugestivos capítulos a exposição sumária, imparcial e justa, das heroicas lutas pelo domínio efectivo, desde a revolta de Lourenço Marques, as operações contra o Gungunhana, e as campanhas de Gaza — que foram bem o reviver das nunca excedidas façanhas do Indústão, nos areais do Negro Continente — até à occupação do distrito de Moçambique, levada a efeito em 1906 e anos seguintes.

Sobranceiras aos inolvidáveis feitos dos nossos, nesse período heroico aparecem-nos a figura épica de Mousinho de Albuquerque e a alta envergadura de estadista de Antonio Enes, bem como ressalta nitidamente ao aureolante sol da história, o valor de tantos valentes chefes e esforçados officiaes e soldados de Portugal.

No livro de Teixeira Botelho, que é bem a obra dum estudioso e dum espirito tão scintilante como ponderado, ausculta-se que êle na apreciação dos factos mantém sempre uma visível e impecável imparcialidade, pairando nos seus juizos e conceitos muito acima das paixões que o podessem transviar do caminho recto da verdade. É êsse o seu maior valor.

Os factos que vimos apontados nessas páginas, que ávidamente percorremos, demonstram que na história de Moçambique, muito embora por vezes, a periodos de intensa actividade, verdadeiras auroras de renascimento, se succedessem outras de decadência e aparente desalento, as diligências para o seu progresso são continuas e persistentes, em todos os ramos da administração pública. Nelas estão também vincados indelevelmente os esforços de tantos governadores geraes que, à custa de pungentes sacrificios e sem desfalecimentos foram cimentando as prosperidades de que hoje goza aquella terra portuguesa.

Provado está também, à face de documentos autenticos, quanto a mãe pátria tem dispendido em vidas, em dedicação, em trabalhos e em lutas para o seu desenvolvimento e com que galhardia a lusa raça tem ali provado possuir ainda a mesma vitalidade, superior energia e grandes aptidões colonizadoras dos tempos da sua epopêa nacional. Com tal demonstração impõe também Teixeira Botelho a Pátria Portuguesa à consideração dos estrangeiros, que nem sempre nos fazem justiça, e à admiração dos vindouros, no que lhe presta um inovidável serviço.

Mais não é preciso para exaltar o mérito da sua obra.

Por nossa parte, agradecendo-lhe em nome da *Revista Militar*, aonde é distinguido com superior estima e dedicação, a delicada oferta do seu livro, felicitamo-lo efusivamente pelo triumpho que certamente lhe está reservado.

F. G.

3 Actualidades scientificas. A teoria da relatividade. — por A. RAMOS DA COSTA. — Lisboa 1921. Um folheto 8º, 32 pp.

Mais uma vez se patenteia neste pequeno opúsculo a infatigável actividade do nosso camarada Ramos da Costa, que não perde qualquer occasião de versar assuntos de interêsse scientifico. Abalança-se desta vez à tarefa árdua de expor em poucas páginas, por termos comprehensíveis para todos, o que seja a *teoria da relatividade*, tal como hoje a tem formulado a genial intuição e o profundo saber da Einstein e dos seus discipulos.

A transcendente importância desta admirável remodelação fundamental das noções correntes em fisica e em mecânica, — importância que transpõe de vez os vedados limites das especulações teóricas, para invadir triumfantemente o campo inteiro da sciência experimental e da filosofia scientifica, logrando captar o interêsse geral, ávido de descortinar os fundamentos e o alcance da nova concepção do Universo —, essa importância, dizemos, justifica de sobra a curiosidade despertada no público

instruído, e explica a tendência geral de tornar acessível ao nosso espirito qual seja o objecto das novas teorias, e em que consiste a sua feição essencial.

Inúmeras são já as obras, os artigos, as memórias, os tratados que obedecem a essa tendência, desde a exposição mais elementar até ao profundo e luminoso estudo rigorosamente deduzido e completo, cuja compreensão somente se torna acessível a quem for um abalizado matemático.

Entre essa numerosa pleiade vem inscrever-se mais esta obra do comandante Ramos da Costa. Género de literatura difícil é este, quasi diremos insuperável. E por isso não nos surpreende termos de confessar que esta nova tentativa padece, em nosso humilde parecer, do mesmo obice que a todas em geral assoberba e que fatalmente costuma ser peculiar a obras desta índole: não satisfazer completamente a ninguém. Aos que alguma coisa já sabem do assunto, não vem ela trazer novidade ou desenvolvimento algum; aos que nada ainda conhecem do caso, será decerto incompreensível na sua quasi totalidade, e poderá mesmo confundir ainda mais.

Mas não deixa por isso de ser meritório este diligente esforço de popularizar a difficilima teoria. Do conjunto de todos elles, no mesmo sentido se formará, com o tempo, a noção clara e geralmente compreendida que se há de afigurar aos nossos vindouros tão natural, tão simples, iamoz dizer tão banal, como para nós se tornaram as teorias Copernico e de Newton.

Felicitando o comandante Ramos da Costa pela sua perene fecundidade literária e scientifica, dando-nos mais este fruto a enfileirar no extenso rol de tantos outros igualmente valiosos que tem publicado, a *Revista Militar* agradece o exemplar que lhe foi oferecido.

- 4 ANTONIO FERRÃO—**Fernão de Magalhães e a sua viagem de circunnavegação.** — Sernache de Bomjardim, 1921. Um folheto 8.º gr., 40 p.

Reproduz este folheto, com importantes adições e notas, o discurso pronunciado pelo autor na Camara Municipal de Lisboa, em presença de S. Ex.^a o Presidente da República, comemorando em 24 de Abril de 1921 o 4.º centenário da morte do immortal circunnavegador.

Começando por descrever a evolução sucessiva das noções geograficas até à era dos descobrimentos tão brilhantemente assinalada pelos nossos navegadores, e pelos da sua escola, (pois Colombo e Magalhães nada mais foram do que discipulos felizes e ousados dos nossos mareantes) o autor narra a descoberta da Terra desde as origens egipcias e grêgas até às viagens medievais de Rubruquis, Marco Polo e outros.

Passa depois a indicar a decisiva intervenção de Portugal na questão, mencionando quais as características das navegações portuguezas, seus objectivos e intuitos comerciais e políticos; a sua bem cuidada preparação sciêntifica, soccorrendo se de todos os dados, recursos e informações que por qualquer meio podiam alcançar-se; o método perfeito, e a continuidade ininterrupta que sempre presidiram ao seu progresso.

Em seguida entra propriamente na biografia de Fernão de Magalhães e especialmente das suas qualidades de navegador, cosmógrafo, e guerreiro valente e disciplinador. Insiste na razão porque fez ao serviço de Espanha, e não da sua patria a grande viagem que planeára. Parece-nos contudo que aqui se devem antes inverter as premissas e as conclusões: não foi porque essa viagem só era realizavel no mundo cedido à Espanha pelo tratado de Tordesilhas, mas antes porque, para efectivar a posse que o tratado conferiu a Carlos V, era preciso realizar-se tal viagem.

Descreve depois as peripécias do grande empreendimento, as rebeliões, as inclemências, e finalmente a infausta morte do genial navega-

dor, cuja glória é incomparavelmente mais fundada que a de Colombo, o qual por mero acaso, indo à busca de uma falaz miragem, encontrou uma realidade mil vezes mais brilhante que o sonho vão e ignaro que fantasiara; ao passo que Magalhães estudou a fundo e sabiamente o seu problema e resolveu-o como previra esse estudo, provando o bem fundado das suas concepções.

Enriquecem este trabalho copiosas notas históricas, bibliográficas, e filosóficas que dêle fazem um reportório de dados muito útil, aparte o puro merecimento literário do texto.

A *Revista Militar* agradece o exemplar que lhe foi oferecido.

F. O.

CRÓNICA MILITAR

Estados Unidos

O serviço de saúde do exército.—Este serviço, além da *Direcção*, que é constituída por 1 major general médico e 2 brigadeiros generais médicos, compreende:

O *corpo médico*, o *corpo de dentistas*, o *corpo veterinário* e o *corpo de administração*.

—O número de oficiais do corpo médico deve ser 6,5 ‰ do efectivo das tropas do exército regular; o número de oficiais dentistas deve ser 1 ‰; o do corpo veterinário, 175; o do corpo de administração, 1/2.000. Os oficiais dos corpos médico e dentistas, que entram como tenentes, são promovidos a capitães no fim de 3 anos de serviço; a majores, no fim de 12 anos de serviço; a tenente-coronel, no fim de 20 anos; e a coronel, no fim de 26 anos.

No corpo de veterinários entram como 2.^{os} tenentes, sendo promovidos a 1.^{os} no fim de 3 anos de serviço; a capitães, no fim de 7; a majores, no fim de 14; a tenentes-coroneis, no fim de 20; e a coronel no fim de 26. No corpo administrativo o grau de 1.^o tenente é dado no fim de 5 anos de serviço e o de capitão no fim de 10. Os oficiais do corpo administrativo são recrutados entre os sargentos do corpo de enfermeiros.

Ha um corpo de enfermeiros e enfermeiras, cujo pessoal compreende também graduados oficiais, de alferes a major.

—A entrada nos corpos médico, dentista e veterinário, tem lugar mediante um exame, feito perante um júri de 3 oficiais da especialidade respectiva e nomeados pelo Secretário de Estado da guerra.

A promoção no quadro dos sargentos enfermeiros é feita também mediante exames.

Reorganização do exército.—Emquanto no congresso se discutia, se o exército regular deveria ficar com um efectivo de 150.000 ou 175.000 homens, no ministério concluiu-se um projecto de reorganização que permitisse como fôra resolvido pelo conselho de defesa nacional em 4 de junho de 1920, mobilizar um exército de 2 milhões de homens no caso de uma guerra. Com esse fim é reorganizada a guarda nacional, reorganização que estará em plena execução no fim do 1.^o semestre de 1924. O general Pershing foi um importante colaborador e inspirador da nova organização, que permitirá aos Estados Unidos desenvolver uma formidável potência militar. Em 1924 os E. Unidos disporão de um grande *exército nacional*, compreendendo o exército regular, a guarda nacional e as reservas organizadas. A reserva deve ter um efectivo de 1.500.000 homens, enquanto a guarda nacional terá 400.000, prontos a ser mobilizados.

—O país fica dividido em 9 regiões de corpo de exército para os efeitos

de recrutamento, administração e instrução tática. Em cada região haverá oficiais do exército regular, que procederão á organização das reservas, das quais ficam fazendo parte uma massa considerável de oficiais, que tomaram parte na guerra mundial. Os oficiais do exército regular terão uma acção directa sobre os oficiais da guarda nacional, que se torna assim, na paz, como na guerra, um elemento a integrar a todo o momento no exército mobilizado.

Desde já o exército de campanha, que servirá de norma á constituição dos outros elementos, é constituído por 3 corpos de exército, cada um com 3 divisões de infantaria e unidades de reserva, e ainda com 2 divisões de cavalaria. O primeiro escalão mobilizável será constituído por: exército regular, compreendendo 9 D. I. e 2 D. C.; guarda nacional, com 18 D. I. e 4 D. C.; reserva organizada, compreendendo 27 D. I. e 6 D. C.

A guarda nacional mobiliza quando o exército regular, constituindo 2 exércitos de operações.

O exército regular e a guarda nacional podem ser empregados juntos ou separadamente.

As reservas organizadas só podem ser empregadas por uma determinação do congresso.

Da reserva organizada fazem parte todos os individuos que representam as forças da grande actividade nacional (engenheiros, quimicos, industriais, médicos, etc.). Nesta grande reorganização colaboraram oficiais do exército regular e da guarda nacional. Desde já trata-se de organizar 150.000 oficiais da reserva, contando-se com 12.000, que tomaram parte na guerra mundial, e que constituirão os nucleos da nova organização, pois serão elles os primeiros educadores e instrutores dos candidatos a oficiais da reserva. O recrutamento destes officiaes terá especialmente lugar entre os alunos dos cursos superiores e universidades, que, feito o exame de official, serão promovidos a tenentes.

Organização do serviço quimico de guerra.—O «*Servico quimico de guerra*», criado por D. de 4 de Junho de 1920 (*Chemical Warfare Service*), foi reconstituído recentemente, ficando com 101 officiaes e 776 praças.

Uma escola especial está funcionando em Lakehurst, onde se ministra a instrução aos officiaes e graduados destinados aos serviços de gases nas unidades.

A engenharia divisionária e o seu regulamento.—Terminada a guerra mundial, e aproveitando as lições colhidas durante ella, o exército americano tem sofrido uma transformação, tendente a torna-lo um instrumento de guerra ainda mais aperfeiçoado.

—No que diz respeito á engenharia, vejamos as propostas apresentadas pelo director da engenharia e a parte já aprovada pelo Estado Maior, como seja o regulamento de campanha :

—A cada divisão foi dado um regimento de engenharia, compreendendo um *estado maior*, 2 batalhões e os quadros de uma companhia, á qual está adstrito um pelotão montado. Cada batalhão tem 3 companhias com 106 homens cada uma, sendo o efectivo total do regimento de 4,35 % do efectivo de uma divisão.

—O regimento deve receber uma instrução que permita realizar todos os trabalhos de que careça o comandante da divisão, como são :

1.º—*Trabalhos topográficos*, reproduzindo as cartas que não podem ser obtidas de outra forma e os planos das situações táticas, e que tem de ser distribuídos ás unidades.

Todas as cartas topográficas são distribuídas por intermedio do regimento divisionário de engenharia.

2.º—*Reconhecimentos, reparação e construção das vias de comunicação* no sector da divisão; e trabalhos logísticos, que lhe são proprios (em alojamentos, acantonamentos, acampamentos, etc.).

3.º—*Organização dos trabalhos defensivos* das posições, excepto nas

zonas avançadas que, em regra, são executados pela infantaria que as ocupa; e construção e organização de observatórios.

4.º — *Demolição de obstáculos*, que impeçam a marcha da divisão, assim como a destruição de obras (pontes, depósitos, etc.) quando a divisão tenha de retirar.

5.º — *Aprovisionamento de material de engenharia* a distribuir às unidades.

6.º — *Fornecimento de água* às tropas.

7.º — *Instalações de luz eléctrica*.

As tropas de engenharia trabalham ordinariamente sob as ordens directas do comandante do regimento; mas em casos excepcionais podem ser destacadas unidades de engenharia para junto dos regimentos de infantaria para trabalhos especiais, sendo contudo estes trabalhos dirigidos pelo comandante da engenharia. O comandante da divisão deve ter sempre á sua disposição tropas de engenharia.

Os metodos e processos de trabalho são determinados sempre pelos officiais de engenharia.

— Como o comandante do regimento divisionário é ao mesmo tempo o comandante da engenharia da divisão, deve, também quanto possível, conservar-se proximo do Q. G. da divisão.

— O comandante da engenharia deve ser informado pelo chefe de E. M. da divisão da situação táctica, para que possam ser executados, com conhecimento de causa, os diversos trabalhos.

O comandante da engenharia divisionária deve sempre ser consultado:

1.º — Na instrução a ministrar aos corpos da divisão em tudo que diga respeito aos trabalhos e material de engenharia;

2.º — Na escolha das posições defensivas a efectuar pelo comandante da divisão ou pelo seu E. M.;

3.º — Na preparação das ordens da divisão na parte relativa á engenharia, passagens de obstáculos no ataque, organização do terreno conquistado e preparação dos trabalhos defensivos;

4.º — Na organização e fiscalização do tráfego nas estradas dentro da zona da divisão;

5.º — Nos trabalhos de construção efectuados na zona da divisão.

— O comandante da engenharia divisionária deve estar em ligação com o comandante da engenharia do corpo de exército, para que os trabalhos realizados pelo regimento de engenharia estejam compreendidos no plano geral estabelecido no corpo de exército.

Todas as relações escritas entre os dois chefes, ainda que técnicas, devem ser comunicadas ao comandante da divisão.

— Os sapadores de engenharia devem ter a instrução necessaria para puderem combater como infantaria, mas só em casos excepcionais devem ser chamados para esse fim.

— Como o regimento de engenharia é por si uma reserva de divisão, deve, nas *ordens de operações* ficar á disposição do comando.

Também não se deve immobilizar as tropas de engenharia como tem lugar com a reserva de infantaria.

— O comandante da engenharia divisionária pode ter de estabelecer a ligação com as *tropas especiais de comunicações*, com o fim de facilitar os aprovisionamentos das unidades.

— Para os trabalhos de construção e reparação de estradas são normalmente requisitadas tropas auxiliares, ou mesmo civis, fazendo a requisição o comandante da engenharia em nome do comandante de divisão.

Tais são, a largos traços, os principais tópicos do novo regulamento da engenharia divisionária em campanha do exército americano. (*Revue du Génie militaire*).

Uma nova espingarda metralhadora. — A espingarda automática Browning tem sofrido modificações importantes de maneira a tornar-se uma arma mais fácil de transportar, com uma maior precisão e podendo sustentar o

fogo por bastante tempo sem se aquecer excessivamente. O cano é relativamente pesado para permitir um dispositivo de resfriamento rápido, após um tiro automático prolongado. Uma forquilha curta facilita um tiro preciso na posição de deitado.

A nova arma, M/1921 pesa aproximadamente 9^{kg},900. A direcção de cavalaria, depois das experiências feitas na escola de Fort-Riley, deseja adoptar a nova arma; mas a direcção de infantaria acha-a muito pesada, desejando uma arma automática mais leve.

(R. d'Infanterie)

França

Tirocinios dos oficiais saídos da escola superior de guerra.—Os oficiais que concluíram o curso da escola superior de guerra em 1921 vão fazer um estágio de 2 anos num estado maior; mas durante este período terão de fazer serviço numa arma diferente da sua, devendo este serviço ser regulado pelos respectivos comandantes dos corpos de exército, em harmonia com as exigências de serviço nos estados maiores. Os oficiais de artilharia deverão, pelo menos, assistir às manobras e exercícios técnicos de um regimento de infantaria no período em que esse regimento estiver num campo de instrução; os oficiais das outras armas deverão, pelo menos, assistir às escolas de fogo de um regimento de artilharia.

Espingardas metralhadoras (F. M.) para a cavalaria.—Além da dotação de 24 espingardas-metralhadoras, que tem cada um dos regimentos de cavalaria, foram distribuídas mais 8 F. M. e 150 carregadores, destinados exclusivamente á instrução nos esquadrões, de maneira a ter intactas as 24 da dotação inicial.

As 8 F. M. ultimamente distribuídas fazem, porém, parte do material de mobilização.

Proibição do uniforme ás enfermeiras militares.—Numa circular recentemente publicada, o ministro da guerra recomenda que, para evitar abusos, não seja permitido o uso de uniforme ás enfermeiras militares fóra dos respectivos estabelecimentos hospitalares.

Unicamente lhes será permitido o uso do véu azul e a capa nas cerimónias funebres militares, ou quando assistam a uma formatura de tropas para a entrega de medalhas militares.

Concurso de cães para o serviço de estafetas.—O ministério da guerra vai realizar um concurso, em Satory, perto de Versailles, de cães para a transmissão de comunicações, serviço que foi muito apreciado durante a última guerra.

Neste concurso poderão tomar parte os cães de todas as raças (com exclusão dos de caça e os que tenham menos de 0^m,50 de altura), apresentados por sociedades ou particulares franceses, que se ocupem da criação de cães.

Os cães que forem classificados no concurso serão matriculados pelas autoridades militares com o fim de serem mobilizados no caso de guerra.

—Concurso de admissão á escola de St-Cyr em 1922.—Foi aberto concurso para a admissão á escola de Saint-Gyr.

O *exame oral* é público e é prestado perante um juri de 7 examinadores, um para cada uma das seguintes disciplinas: filosofia, história, geografia, lingua viva obrigatória, física e química; e 2 para as matemáticas. Os candidatos tiram á sorte as questões em que tem de ser interrogados em cada disciplina.

—A prova dum lingua viva versa sôbre: leitura e tradução de um trecho de uma das duas obras, que o candidato terá escolhido; conversação sôbre uma das duas obras; análise de um trecho de um jornal ou revista, não técnica; leitura de um autógrafo na mesma lingua.

—O *exame de aptidão física* compreende 3 espécies de provas: educação física; esgrima; equitação. A prova de educação física compreende:

1.º Uma corrida de 100^m; 2.º uma corrida de 1.000^m; 3.º um salto em altura; 4.º um salto em largura; 5.º ascensão por uma corda; 6.º lançamento de um pêso; 7.º natação.

— As notas iguais ou inferiores a 5 são consideradas eliminatórias.

— São concedidos valôres de bonificação aos candidatos que estejam em circunstâncias especiais: aos bachareis, em matemática e filosofia, 15 valôres; aos licenciados, 20 valôres; aos doutores, 30 valôres; aos sargentos, 10 valôres; aos oficiais de complemento, que tenham servido na guerra, 80 valôres; aos oficiais já nomeados definitivamente e que vão a Saint-Cyr obter o seu diploma, 100 valôres; os candidatos, que tenham tomado parte na guerra, tem um valôr por cada mês de serviço, e 5 valôres por um louvor em ordem de regimento ou de brigada, 10 valôres se o louvor é em ordem de divisão ou de corpo de exército; 20 valôres se o candidato tem condecoração. Há ainda valôres de bonificação por outros diversos casos.

— Um júri especial, constituído pelo presidente de júri, por 2 examinadores (um de sciencias e outro de letras) e por um representante do director da infantaria, decide quais os candidatos que, tendo tido na composição escrita nota inferior a 5, devam ser eliminados.

Um e outro júri especial faz no fim a classificação definitiva dos candidatos. Esse júri, presidido pelo director da infantaria, tem como vogais: o presidente da comissão de exames, um official superior nomeado pelo director da infantaria e um official superior nomeado pelo director da cavalaria, sendo depois a lista de admissão publicada no *Journal Officiel* com indicação da data em que os alunos devem apresentar-se na escola.

— Os alunos que ainda não sejam militares contraem a obrigação de servirem por 8 anos.

— Há no colégio de Saint-Cyr três espécies de alunos: pensionistas, porcionistas e semi-porcionistas.

Transformação das tropas auxiliares marroquinas em corpos regulares.— Um decreto vai ser publicado regularizando a existência das tropas auxiliares marroquinas, visto que combatem ao lado das tropas regulares francêsas e nas mesmas condições que estas.

As tropas auxiliares marroquinas, que tão belos exemplos deram de coragem, valor, e fidelidade na grande guerra, compõem-se de 6 regimentos de infantaria, quasi 3 regimentos de cavalaria, 2 batarias de artilharia de montanha e 4 companhias de engenharia.

Estas tropas (exceptuando a guarda do Cherite) passam a ser encorporadas no exército francês.

O recrutamento continuará a ser feito entre os marroquinos por alistamentos e readmissões. Esta medida tem por fim não só melhor utilizar os recursos marroquinos no recrutamento, mas dar a estes uma prova de estima e confiança de que são dignos pela maneira brilhante como combateram contra os alemães.

A encorporação da classe de 1922.— Em virtude da recente lei (6 de dezembro de 1921) os recrutas da classe de 1922 são encorporados em duas épocas: metade do contingente em maio, e a outra metade em novembro. A primeira metade é, portanto, convocada antecipadamente. Esta medida tem por fim permitir o licenciamiento da classe de 1920, que foi também encorporada em duas épocas. Apesar de ainda subsistir a lei dos 3 anos, a classe de 1920 faz somente 2 anos de serviço nas fileiras.

Só a partir de março de 1923 é que deverá vigorar o regime do serviço de 18 meses. Contra esta redução se levantam muitos clamores. O general Fonville insurge-se contra uma tal redução. Se porventura, diz elle, com o serviço de 2 anos, muitos regimentos estão reduzidos a um batalhão, o que não será, quando o serviço for apenas de 18 meses! Contudo o serviço de 18 meses será adoptado, porque a seu favor tem o governo, a comissão do exército das câmaras e a opinião pública.

—O serviço de 18 meses deve trazer como consequência : uma nova lei de recrutamento, uma nova lei de organização geral do exército e ainda dos quadros. É preciso que estas três leis sejam concordantes com a redução do tempo de serviço.

Uma nova lei de recrutamento deve, de facto, ser discutida em janeiro, e a esta seguir-se-ão as outras duas.

O estágio dos médicos militares na escola superior de guerra. — A grande guerra tem sido fértil em ensinamentos.

Como se sabe, nos Q. G. fôra criada uma 4.^a repartição de E. M., ao qual competia a relação das ordens relativas ás comunicações, aos reabastecimentos e ás evacuações. Nessa repartição foi colocado um médico, tendo a seu cargo os assuntos relativos ao serviço de saúde, e estando em constante ligação com o médico director dos serviços sanitários do exército, e com o comissário regulador na parte que diz respeito á composição dos trens de evacuação, da fixação de horas de carregamento e de partida, e dos itinerários.

A intervenção do médico da 4.^a repartição, coordenando e centralizando o serviço das evacuações de exército, assumiu na recente guerra uma grande importância, pois é êle encarregado do *plano de evacuação dos feridos*. Tor-na-se assim indispensável que haja médicos que conheçam bem o serviço de E. M. E' isto que justifica a decisão tomada para que médicos militares vão todos os anos fazer um estágio na escola superior de guerra, tomando depois parte em certos trabalhos do Centro dos Altos Estudos Militares, em viagens de E. M. e nas manobras de exército.

Os altos comandos do exército.—O marechal Pétain acaba de ser nomeado *inspector geral do exército*, alto cargo que êle desempenha com o de *vice-presidente* do conselho superior de guerra, e, como tal, será o futuro *comandante em chefe dos exércitos* franceses em tempo de guerra.

Em tempo de paz, como inspector geral do exército, é o conselheiro técnico permanente do ministro da guerra em tudo que diz respeito à preparação de tropas e serviços para a guerra. Para isso, tem o direito permanente de inspecionar as unidades de todas as armas e serviços, propondo as modificações necessárias para a sua organização, instrução e mobilização; como delegado do ministro da guerra, pode ser encarregado por êste de missões especiais, sobre organismos dependendo directamente do ministro, compreendendo a administração central.

O inspector geral exerce uma auctoridade directa sôbre os membros do conselho superior de guerra e inspectores gerais das armas e serviços, sendo-lhe enviados directamente os relatórios destes inspectores.

O inspector geral de exército propõe ao ministro as medidas relativas : à nomeação dos comandantes das grandes unidades, tanto para o tempo de paz, como para o tempo de guerra; ás promoções e recompensas do pessoal do conselho superior de guerra, e dos inspectores das armas e dos serviços.

E' ainda êle que propõe a reunião do conselho superior de guerra, sempre que o julgue necessário, presidindo ás reuniões preparatórias para as sessões plenárias

O ministro da guerra deve consulta-lo em tudo que diga respeito aos officiais gerais.

E' ainda o inspector geral do exército que dá as *directivas* necessárias ao chefe do estado maior general; e inversamente, o chefe do estado maior general submete à sua apreciação todas as questões relativas à organização, à instrução e à mobilização.

Todos os documentos, emanando do estado maior general, e que tenham de ser enviados ao ministro, devem ter o *visto* do inspector geral do exército.

O ministro pode ainda consulta-lo sôbre quaisquer assuntos relativos à administração central.

O inspector geral do exército faz parte do *conselho superior da defesa nacional* e preside às comissões superiores encarregadas dos estudos das questões relativas a essa defesa, como são : a comissão militar superior dos caminhos de ferro; a comissão superior da defesa de costas; a comissão de redacção dos novos regulamentos, etc.

— Para o alto cargo de *sub-chefe do estado maior* foi nomeado o general Emile Hergault. Este general nasceu em 1869 em Quingey (Doubs), e provem da arma de artilharia, tendo feito o curso na escola politécnica em 1890, e sido promovido a 1.º tenente em 1893.

Promovido a capitão em 1901, foi fazer o curso da escola superior de guerra (1901-1903).

Promovido a major em 1913, como comandante de um grupo de bat.as no regimento n.º 4 da arma, tomou parte nas primeiras operações da guerra.

Em outubro de 1914 entrou para o serviço de estado maior, sendo colocado fóra do quadro, e indo desempenhar as funções de chefe da repartição das operações no Q. G. de um exército, sendo louvado na ordem do exército pela maneira brilhante como comandou o grupo e se desempenhou dos serviços de estado maior. Como coronel (1916) foi comandar a art.ª de uma divisão e em janeiro de 1918 passou a ser chefe de E. M. do 10.º exército. Em novembro do mesmo ano passou a comandar a infant.ª da 69.ª divisão. Dois m. ses depois tomava o comando da 84.ª brigada. Em setembro de 1920 foi nomeado general de brigada. Actualmente era chefe do gabinete militar do ministro da guerra, passando agora a desempenhar o cargo de sub-chefe do E. M. E. em substituição do general Maurin, nomeado inspector da artilharia.

— Para o outro lugar de *sub-chefe de E. M.* general do exército (ha 2 sub-chefes) foi nomeado o general Francisco René Boullaire, nascido em Corbeil (Seine-et-Oise) em 1870. Provem da arma de cavalaria, tendo sido nomeado alferes no regimento n.º 18 de dragões em setembro de 1891. Tenente em 1893 e capitão em 1900, foi neste ano fazer o curso da escola superior de guerra.

Em setembro de 1911 era promovido a major, e nomeado professor de tática da escola superior de guerra. As lições de tática de cavalaria dêste official são ainda citadas por muitos escritores militares, tão notaveis elas se tornaram. Em agosto de 1914 foi colocado no Q. G. do 2.º exército, e em novembro de 1915 era o chefe de E. M. da 4.ª divisão de cav.ª; em janeiro de 1915 passava a ser o chefe de E. M. do 2.º corpo de cavalaria. Em fevereiro era nomeado t. coronel. Em 31 de dezembro de 1916 era promovido a coronel.

Teve dois louvores em ordem de exército pela maneira brilhante e valor notavel como se desempenhou em missões dificeis durante as operações. Em 1919 o coronel Boullaire teve o comando do regimento de usares n.º 2. Tendo em 1920 feito o curso da Escola dos altos estudos militares, era nomeado general de brigada em setembro de 1921.

O novo chefe do gabinete militar do ministro da guerra. — O ministro da guerra, M. Maginot, acaba de nomear chefe do seu gabinete o general Boquet, em substituição do general Hergault, nomeado sub-chefe de E. M. general do exército. O general Boquet provem da arma de engenharia. Nasceu em novembro de 1869 em Verly (Aisne). Matriculou-se na escola politécnica em 1889 e foi nomeado tenente em outubro de 1893. Promovido a capitão em outubro de 1898, entrou para a escola superior de guerra em 1899, e foi em fevereiro de 1902 fazer o seu estagio no Q. G. do 19.º corpo de exército (Argel). Regressando à Europa em 1904, foi colocado no regimento n.º 3 de engenharia (Arras). Promovido a major em junho de 1912, foi colocado na 4.ª repartição de E. M. general do exército. Em 1914, na ocasião da guerra, passou a desempenhar as funções de commissário militar da rede de caminhos de ferro de Este. Foi promovido a coronel em junho de 1918 e em setembro de

1919 foi dirigir a escola de caminhos de ferro de campanha, em Versailles. Em 1921 seguiu o curso dos altos estudos militares, sendo promovido a general de brigada em dezembro do mesmo ano.

Cursos e estágios para a promoção ao posto imediato dos capitães, majores e t.-coroneis.—Para ser promovido de capitão a major, é preciso seguir um curso especial para cada arma na escola de aplicação do campo de Coëtquidam, havendo para isso dois turnos: de 1 a 20 de maio, e de 26 de junho a 15 de julho. Para a promoção dos majores e t.-coroneis aos postos imediatos, o curso tem lugar de 19 de junho a 1 de julho.

Um *curso prático* terá também lugar, comum ás diferentes armas, no mesmo campo, havendo dois turnos para os capitães e formando um único os majores e t.-coroneis.

Ha também um *curso teórico*, comum ás diferentes armas em Versailles para capitães, majores e t.-coroneis.

Um *curso de informação* tem também lugar em Versailles para os capitães, majores e t.-coroneis de infantaria e cavalaria.

Como vemos, no exército francês não se descarta a instrução dos officiaes, merecendo um especial cuidado os que, durante a guerra, fizeram cursos abreviados.

Reorganização da 50.^a secção de caminhos de ferro e da 50.^a secção de telegrafia militar.—Os agentes da 50.^a secção de caminhos de ferro de campanha passam a ser recrutados, voluntariamente, entre o pessoal das grandes redes de caminhos de ferro metropolitanos.

Da mesma forma se procede relativamente aos *funcionários, agentes e sub agentes* da 50.^a secção técnica de telegrafia militar, que serão recrutados entre o pessoal da administração dos correios, telegrafos e telefónios.

Os agentes destacados pelas redes de caminhos de ferro e postos á disposição do ministro da guerra são considerados, sob o ponto de vista dos seus deveres militares, como convocados para um período de instrução, usando o uniforme das secções de caminhos de ferro de campanha. O mesmo tem lugar em relação aos funcionários e agentes da administração dos correios e telégrafos, postos á disposição das autoridades militares.

O alistamento é feito por um período minimo de 18 meses, podendo os interessados solicitar a sua continuação no serviço, terminado aquele período.

Os empregados superiores, com graduações de official (de alferes a tenente-coronel) tem, em tempo de paz, vencimentos e gratificações especiais abonadas pelo ministério da guerra: 400 francos por mês para os tenentes-coroneis; 350, para os majores; 300 para os capitães, e 250 para os subalternos.

As praças de pré tem também vencimentos especiais, segundo o grau hierarquico que lhes é conferido: 15 francos mensais para os ajudantes e 1.^{os} sargentos; 14 para os 2.^{os} sargentos; 13,5 para os cabos; e 13 para os soldados. Tem todos os direitos e vantagens concedidas aos officiaes e praças no activo: direito a alojamentos, consumo das cooperativas militares, abonos para iluminação e aquecimento.

Quando no desempenho de um serviço, tem ainda direito a gratificações e subsidios especiais. Esta gratificação é de 200 francos mensais para os que tem graduação de official (para todos os grãos), e de $\frac{2}{3}$ do vencimento para as praças de pré.

A nova lei dos quadros e o emprêgo de tropas indigenas.—Segundo os projecto de *lei dos quadros e efectivos*, o exército francês terá: 162 regimentos de *infantaria*, sendo 120 franceses e 32 de tropas indigenas; 67 regimentos de *cavalaria*, sendo 53 franceses e 14 indigenas; 93 regimentos de *artelharia*, sendo 87 franceses e 6 indigenas; e 25 regimentos de *engenharia*, todos constituidos por tropas francesas.

Muitos officiaes franceses notam a excessiva relação entre as tropas indi-

ginas e as francesas, especialmente na infantaria e cavalaria, armas que exigem um maior espirito de combatividade, e que as tropas indígenas não possuem, como se provou na última guerra.

Não se pode, sem graves inconvenientes, colocar mais de um batalhão indígena em cada regimento francês; ou antes, colocar um regimento de tropas francesas em cada divisão indígena.

As tropas indígenas, ainda que se tenham portado bem nos ataques bem preparados, não são tropas de grande capacidade combativa, não teem iniciativa e são sujeitas ao pânico, logo que sofrem baixas médias, sem ser preciso um número muito forte. Nas armas menos sujeitas aos pânicos (a artilharia e a engenharia) as tropas indígenas teriam um melhor emprêgo.

E' preciso não confiar demasiado em tropas mercenárias, que não teem como impulso moral — a defesa do sólo pátrio.

Redução dos efectivos orçamentais de oficiais e sargentos. — Segundo a *lei de finanças* para 1922, deverá ser reduzido o número de oficiais e sargentos do exército activo. Estes não poderão exceder o número de 63.000. Os oficiais que excederem os quadros orçamentais terão de ser licenciados, sendo disso prevenidos com um mês de antecedência. Estas medidas estão sendo muito comentadas e são consideradas draconianas.

Muitos oficiais estão abandonando o exército.

Em 1920 a lei de finanças permitia a passagem ao quadro da *reserva especial* a 500 oficiais e o mesmo foi fixado em 1921.

A lei de finanças para 1922 auctoriza que 1.000 oficiais passem áquele quadro. As vantagens são porém muito pequenas e por isso só oficiais de artilharia e engenharia, que teem facilidade de colocação na vida civil, é que mais se teem utilizado daquelas concessões. Em 1920 passaram antecipadamente ao quadro de reserva 88 oficiais e 63 em 1921. Passaram á situação de *licença ilimitada* 736 em 1920 e 279 em 1921.

— **Os cursos de aplicação e técnicos na escola de engenharia.** — Pelo decreto de 3 de janeiro de 1922, os alferes de engenharia saídos da escola politécnica vão para a escola militar de engenharia fazer um *curso de aplicação*, de 2 anos consecutivos. Fica assim alterado o que estava determinado, e que era:

Os alunos da politécnica, ao terminarem o seu curso, vinham á escola militar de Versailles fazer um *curso de aplicação* de um ano, e só mais tarde ali voltavam a fazer um *curso técnico* de outro ano.

Este curso técnico, que ainda existe, vai ser suprimido, mantendo-se porém para aquêles oficiais que foram promovidos durante a guerra e tinham feito um curso reduzido. Portanto, em 1922-1923 funcionará, para êstes oficiais, o curso técnico paralelamente com o curso de aplicação de 2 anos para os que saíram da escola politécnica em 1921.

Os oficiais que são chamados a fazer aquêles curso técnico (para poderem continuar no exército activo) teem de fazer previamente um *exame de admissão*, cujas matérias são: *algebra superior; trigonometria; geometria analítica; m. cânica e electricidade.*

Para o curso técnico de 1921-1922 foram chamados 9 capitães e 31 tenentes.

Promoção ao posto immediato dos oficiais superiores, que na guerra exerceram interinamente um comando superior ao do seu posto. — Recentemente foi decretado que os tenentes-coroneis, coroneis e generais que antes de 11 de novembro de 1918, exerceram o comando interino de uma unidade immediatamente superior á que lhe correspondia pelo seu posto, sejam promovidos ao posto immediato. Êste decreto não abrange os majores, capitães e tenentes, o que tem sido motivo de grandes reparos e descontentamentos.

As despesas que acarreta a nova lei de recrutamento. — A nova lei de recrutamento, reduzindo o tempo de serviço de 2 anos a 18 meses, traz um

considerável aumento de despesa. Calcula-se que deverá haver um aumento de quasi 500 milhões de francos. E porquê? A redução do tempo de serviço, dando tropas com menor instrução e menor capacidade combativa, exige um melhor e mais forte enquadramento, e por assim dizer, um aumento no quadro dos sargentos; exige um maior número de períodos de convocações anuais para as escolas de repetição e manobras. Só para a convocação anual de reservistas ha um aumento de 90 milhões de francos. Com um maior número de oficiais de complemento, sua instrução preparatória, e sua convocação periódica, haverá também um aumento de despesas. O benefício que traz para os homens, para a agricultura e indústrias a redução do tempo de serviço, é em grande parte contrariado pelo maior número de convocações periódicas de reservistas. Como se vê, o problema de redução do serviço nas fileiras não é tão simples como á primeira vista se afigura.

Hoje a guerra moderna, aumentando o número e diversidade de máquinas de guerra, veiu criar novas especialidades, o que exige maior número de chefes para esses serviços, e por isso maior número de cabos e sargentos, e mesmo de oficiais, nos quadros permanentes do tempo de paz.

O parlamento francês tem ainda a examinar a questão com todo o cuidado, para então se pronunciar definitivamente sobre tão grave e importante questão de orgânica militar.

Inglaterra

Cursos técnicos de armamento para oficiais de infantaria.—Até 1914 os oficiais de infantaria iam á escola de Hythe fazer um *curso de tiro*, onde apenas se tratava da questão dos fogos.

Após a grande guerra, tendo-se reconhecido a necessidade de haver um certo número de oficiais de infantaria conhecendo as questões de fabrico e reparação de armamento, criaram-se dois cursos a título provisório, mas que foram agora tornados definitivos.

O primeiro, é um *curso elementar técnico de armas portateis (small arms technical short course)*, e que dura 10 semanas.

O segundo, é o *curso superior técnico de armas portateis*, que dura 8 meses; o qual só pode ser frequentado por 4 ou 5 oficiais, que se tenham distinguido no curso elementar.

O curso elementar funciona 4 vezes por ano, e em cada periodo só podem ir 10 a 12 oficiais de infantaria.

O novo regulamento da cavalaria.—O novo regulamento para a cavalaria (fevereiro de 1921) compreende dois volumes. O volume I é o verdadeiro regulamento de manobra da arma; mas o volume II constitue, por assim dizer, *Instruções para o serviço de campanha*. Na 1.^a parte a instrução é ministrada tendo em vista combinar o movimento próprio da cavalaria com a acção do fogo, aproveitando-se as propriedades das modernas armas com que foi dotada a cavalaria (F. M., carros de assalto, etc.).

A parte 2.^a tende a substituir o regulamento de campanha, tendência já manifestada no exército francês, com a publicação do *regulamento de manobras da infantaria*.

Diversos

Os orçamentos de guerra em Inglaterra e França para o exercicio de 1921-1922.—Apesar de estarmos em plena paz (aparente), contudo as despesas militares são ainda consideraveis nos países que ha pouco saíram da guerra, mas sem depõem as armas.

Assim nós vemos que na Inglaterra no orçamento de guerra (guerra e marinha) para 1921-1922 as despesas votadas pela camara dos comuns são:

1.º — Para um exército de 341.000 homens (oficiais e praças de pré) — 106.315.000 libras esterlinas;

- 2.º—Para a marinha, com 121.700 oficiais e marinheiros, 82.479.000 libras esterlinas;
- 3.º—Para a aviação britânica, com o efectivo de 30.880 homens, 17.411.000 libras esterlinas. Temos assim um total de 206.205.000 ou sejam 10.722.660.000 francos.

—E' preciso notar que não figuram aqui as despesas de guerra dos domínios (Canadá, Australia, Africa do Sul).

Deduzindo a despesa com as fôrças de occupação do Rheno, que são de 162.484.400 francos, e que são reembolsaveis, temos 10.560.175.600 francos.

—O orçamento de guerra da França, compreendendo o da Argelia, Tunisia e Marrocos, é o seguinte:

Exército:	{	despesas ordinarias.....	2.960.875.269 frs.
		" extraordinarias.	748.470.185 "
Marinha:	{	despesas ordinarias.....	811.869.775 "
		" extraordinarias.	31.746.819 "
Total.....			4.552.962.048 "

Vemos assim que a Inglaterra gasta com os organismos da defesa nacional mais do duplo do que gasta a França.

—**A produção mundial do aluminio.**—Durante a grande guerra deu-se uma profunda evolução no fabrico do aluminio e no seu emprêgo industrial.

Como de todos é sabido, êste metal tem uma pequena densidade, 2,70; funde a 658º, tem um coeficiente de dilatação e uma condutibilidade eléctrica muito elevada e um potencial electrolitico também elevado. Por todas estas propriedades é muito recomendavel nas industrias, tanto mais que oferece grande facilidade para a moldagem na areia e em matrizes metalicas, como ainda facilidade de laminagem. É por isso que é empregado na transmissão da energia eléctrica, na construção de aparelhos eléctricos, nas industrias quimicas, na aeronáutica, e em várias industrias mecânicas.

Ligado com outros metais (cobre, zinco, níquel, magnésio, manganés, etc.), produzindo-se assim *ligas pesadas* (bronzes de aluminio), *ligas médias* (Al e Zn), *ligas leves* (Al + Cu e Al + Zn, em que o cobre entra na proporção de 12 % e o Zn. na de 15 %).

Até 1914 o aluminio só era fabricado em França e nos E. Unidos. Em 1900 os E. Unidos produziram 41,5 % da produção mundial, em 1913 33 %. A França fornecia 19,2 % em 1900 e 26,4 % em 1913.

A Suíça respectivamente 32 e 12 % e a Inglaterra 7,2 e 11 % naquêles anos.

A guerra veio produzir modificações importantes na produção do aluminio.

Em 1917 os E. Unidos produziram 90.700^T; a França. 20.000; a Suíça, 15.000; a Inglaterra, 6.000; o Canadá, 14.200; a Noruega, 18.000; a Italia, 7.000; a Austria, 5.000. Isto representa uma produção de 176.000 toneladas.

Generais atingidos pelo limite de idade em 1922 no exército francês. —

No decurso do ano de 1922 serão atingidos pelo limite de idade no exército francês 13 generais de divisão, 21 generais de brigada, 5 intendentess militares, 1 médico inspector geral, 4 medicos inspectores, e 1 fiscal geral de 1.ª classe.

Pertencem á *infantaria*: 4 generais de divisão e 9 generais de brigada; á *cavalaria*, 4 generais de divisão e 3 de brigada; á *engenharia*, 3 generais de brigada; á *infantaria colonial*, 2 generais de brigada; á *artelitaria*, 5 generais de divisão e 4 de brigada. Em março será atingido o distinto professor e escritor militar, o general de divisão Mordacq.

—**O mais poderoso avião do mundo.**— Está-se construindo em Inglaterra,

e destinado ao exército, o mais poderoso avião até hoje construído. Emprega motores de 1.000 H. P., de um novo tipo. Este aeroplano poderá transportar 2 a 3^T de explosivos. Tendo uma grande velocidade e um armamento potente e muito completo, poderá resistir a todos os ataques, sem ter necessidade de ser protegido por uma escolta de aviões de combate. E' pois um avião de bombardeamento e de combate. Guarda-se o maior segredo sobre as suas características.

Emprego de tropas indígenas pela França e Inglaterra na grande guerra.

— Segundo informações de caracter semi-official, a Grã-Bretanha mobilizou durante a grande guerra 1.524.187 homens de tropas indígenas, além de uma grande quantidade de trabalhadores de côr, pois só em França empregou 150.000 trabalhadores indígenas. Segundo o relatório da comissão do exército da camara francesa, de junho de 1921, a França mobilizou durante a guerra 415.000 indígenas. Actualmente a França tem em serviço 81.000 homens de tropas indígenas, enquanto que a Inglaterra tem 84.000, empregadas fóra das suas regiões de origem.

O efectivo total de tropas indígenas ao serviço da França é de 221.000 homens.

A Inglaterra tem ao serviço do império (tropas hindús e coloniais) um efectivo muito superior.

A instrução no exército polaco. Acção da missão militar francesa. — A reorganização do exército polaco tem sido devida à intervenção da missão militar francesa. Durante o inverno de 1920-21 foi iniciado esse trabalho, desenvolvendo os oficiais franceses a maior actividade.

Foram criados cursos para officiais e quadros inferiores, professados por officiais franceses. Foram ainda officiais franceses que foram inspecionar os diferentes corpos nos seus acantonamentos, com o fim de difundir os métodos de instrução e estabelecer os princípios gerais das operações. Em Varsovia, Poznau e Lwow criaram-se cursos especiais para generais e comandantes de corpos, durando cada curso 2 meses e por elles passaram uns 400 generais e officiais superiores.

Foi criada também uma escola de estado maior que preparou uns 60 officiais num período de 9 meses, que tal era a duração do curso. Estabeleceram-se cursos de aperfeiçoamento para os officiais de estado maior e officiais de ligação, tendo seguido esses cursos, por séries, uns 200 officiais. Estabeleceram-se escolas para officiais de cavalaria (Grandenz) e infantaria e um curso de tiro em Thorn, por onde passaram 400 officiais de infantaria e artilharia.

Escolas especiais para engenharia, para carros de assalto, para os serviços de aeronáutica, de intendência e de saúde, funcionaram com toda a regularidade; todas as armas e serviços tomaram parte em exercicios de armas combinadas; organizaram-se cursos de informação e viagens de estado maior.

A instrução dos sargentos também mereceu toda a atenção e cuidados.

Duas escolas centrais foram estabelecidas em Grandenz e Chelmino para sargentos de infantaria; outra escola para sargentos de artilharia, funcionou em Thorn. Uma escola especial para armas automaticas foi estabelecida em Chelmino. Por estas diversas escolas passaram mais de 10.000 alunos. Duas escolas preparatorias para officiais de infantaria foram criadas em Varsovia e em Bromberg, as quais forneceram 1.500 aspirantes a officiais.

— Para a redacção dos indispensáveis regulamentos e para a elaboração dum projecto de reorganização do exército, foram nomeadas comissões mixtas franco-polacas, que em curto praso apresentaram os seus trabalhos.

Os regulamentos permitiram fixar a unidade de doutrina nas diferentes armas e serviços. Os trabalhos da missão francesa teriam sido melhor aproveitados se, desde a chegada da missão à Polonia em 1919, a essa missão fossem dadas todas as facilidades; mas não succedeu assim, por isso que, por um amor próprio mal entendido, os officiais polacos tiveram uma certa relutância em tomar os officiais franceses como seus instrutores e educadores, perdendo-se assim muito tempo. Reconhecida porém a necessidade e efficácia dessa instrução, só a partir de 1920 é que a influencia da missão francesa se

fez sentir. Em 1921 já se desenvolvia a maior actividade e os cursos de 1921 1922 prometem ser muito produtivos. As escolas militares estabelecidas em cada região de corpo de exército estão sendo frequentadas com toda a assiduidade.

A escola de estado maior está sendo frequentada por 60 alunos, entrados por meio de concurso, e onde permanecerão 2 anos. Em Varsovia foi organizado um grupo de altos estudos militares, frequentado por oficiais superiores, servindo de preparação para o generalato.

—As escolas de aplicação, em especial a escola de tiro de Thorn, para a artilharia, completam os conhecimentos anteriormente adquiridos pelos oficiais.

Uma escola especial para o serviço de intendência está também funcionando com toda a regularidade. A escola de aspirantes de Varsovia prepara alunos para oficiais de todas as armas, os quais vão depois completar os seus conhecimentos nas escolas de aplicação das respectivas armas.

Em Poznan foi criada uma escola central de educação física, segundo os moldes da escola francesa de Joinville, destinada a formar instrutores militares e civis.

Em cada região de corpo de exército ha actualmente um grupo de instrutores franceses de infantaria e artilharia junto dos respectivos generais comandantes, sendo empregados como instrutores nos regimentos. Ha ainda um oficial francês de cavalaria junto de cada general da arma. Junto de cada inspector de exército ha um oficial superior francês, como colaborador na instrução. Este ano foram incorporados nas unidades uns 70.000 recrutas que estão recebendo uma instrução intensiva.

Desta curta exposição se pode concluir a transformação porque tem passado o exército polaco nestes ultimos anos e a influencia benéfica que ali tem exercido a missão militar francesa.

V. C.

CRÓNICA MARITIMA

Argentina

Construção de submarinos.—No porto militar de Bahia Blanca constroem-se actualmente submarinos, empregando pessoal e material alemães; os maquinismos necessários à construção foram igualmente importados da Alemanha. Os trabalhos são secretos, e na respectiva zona do porto é impedida a entrada. Os técnicos alemães ter-se-ão empenhado em fornecer para estes barcos motores dotados de todos os melhoramentos que a experiência da guerra lhes aconselhou. Parece que se trata, de submarinos do tipo «U» normal, de 820/1.010 ton., velocidade 15,5/8 nós e armamento constituído por 2 peças de 10,5 cm. e 6 tubos lança-torpedos.

Estados-Unidos

O acôrdo naval de Washington.—As tonelagens, em navios capitais e porta-aéreos que foram atribuidas às cinco grandes potências são indicadas na tabela seguinte:

	Navios capitais	Porta-aéreos
G. Bretanha	525.000	135.000
E. U. America.....	525.000	135.000
Japão	315.000	81.000
França	175.000	60.000
Italia	135.000	60.000

O acôrdo deve vigorar durante 15 ânos, mas a suspensão da construção (*naval holiday*) é apenas de 10 ânos. A tonelagem de cada unidade capital, que vier a ser construída, não poderá exceder 35.000, nem o seu armamento ser de calibre superior a 40 cm. Os porta-aéreos não devem exceder o deslocamento de 27.000 toneladas, nem ser armados de calibres superiores a 20 cm.

Não se fixaram as tonelagens para os restantes navios de guerra, designados no acôrdo por um termo novo, *auxiliary combatant craft*. Esta parte desapareceu do programa da Conferência, devido à impossibilidade, por parte da França, de aceitar a quota proposta de tonelagem submarina, e à conseqüente relutância da G. Bretanha em limitar a sua força de destroyers e cruzadores ligeiros.

As potências contratantes não se obrigaram, pois, a reduzir a sua construção relativamente a cruzadores ligeiros, destroyers e submarinos. A única restrição refere-se ao deslocamento e armamento; assim, nenhum cruzador ou outro auxiliar deve deslocar mais de 10.000 toneladas, ou montar armamento de calibre superior a 20 cm.

Um artigo de grande importância do acôrdo é o que estatui que «as partes contratantes não construirão navios de guerra para as potências não contratantes, com deslocamentos superiores aos acordados pelos governos signatários.» Não vingou a proibição de construir navios para govêrnos estrangeiros, como tinha sido proposto por Mr. Hughes; mas a construção fica sujeita às mesmas restrições que a construção para o próprio Estado, e a aceitação de qualquer encomenda por parte de uma das potências contratantes deve ser levada formalmente ao conhecimento de todas as outras.

Se, durante a vigência do tratado, as exigências da defesa naval de alguma das potências fôrem afectadas por circunstâncias novas, as outras potências poderão reunir-se em conferência, a pedido daquela, para reconsiderarem as cláusulas originais, com o fim de as modificar, por mútuo acôrdo.

Se alguma das potências signatárias se envolver em guerra que compreenda operações navais, essa potência pode notificar a suspensão das suas obrigações, relativamente ao tratado; as restantes potências combinarão entre si quais as modificações temporárias que podem ser julgadas necessárias e, no caso de não chegarem a acôrdo, poderão suspender as suas obrigações relativamente ao tratado, como entenderem.

Êstes últimos artigos são interpretados nos Estados Unidos como uma prova do caracter puramente pacífico do tratado, o qual, ao mesmo tempo que procura diminuir as probabilidades de guerra, não tolhe os movimentos a uma potência qualquer, que seja ameaçada por hostilidades navais.

Bases navais no Pacífico.—Nos últimos ânos, mas especialmente desde alguns menses, muito se tem escrito nos Estados Unidos sôbre a necessidade de bases navais no Pacífico. As forças navais modernas não podem emprender operações navais de larga envergadura, com êxito, sem bases convenientemente apetrechadas e a uma distância não muito grande do teatro; por isso os Estados Unidos reconhecem que se não encontram em condições de defender o arquipélago filipino e os seus interesses no Extremo Oriente, enquanto não houver uma base próxima, que permita rebastecer e reparar os seus navios.

De uma maneira geral, todas as atenções se tem voltado para a ilha de Guam, como o ponto mais apropriado. O almirante Fiske entende, porém, que as Filipinas, pela razão da sua contigüidade à costa de um grande país, em vias de ser desenvolvido (a China), e por estarem sôbre o flanco de todas as linhas de navegação que passam do Mediterrâneo para a China e Japão, e vice-versa, possuem um grande valor estratégico, em uma área de grande e sempre crescente importância.

A sua posição é superior à de Guam, porque «está muito mais próxima da scena das operações, ou da batalha», e porque, «embora se não

espere que se vá travar uma guerra no Pacífico, contudo se tal acontecer, o teatro provável das operações dificilmente deixará de ser nas proximidades da Formosa e do Japão, a não ser que seja nas próprias águas das Filipinas.»

Embora seja verdade que Guam terá sempre considerável importância estratégica, pela sua contigüidade aos caminhos entre a costa Oeste dos Estados Unidos e as Filipinas, as vias marítimas que passam por este arquipélago são as que ligam *todos* os grandes países da Europa a *todos* os grandes países da Ásia.

Provavelmente, a razão por que quasi todos se inclinam para Guam está em não se avaliar bem a capacidade que já possui hoje a aviação para impedir uma invasão das Filipinas, imaginando-se que aquele arquipélago pode ser facilmente tomado pelo inimigo, em qualquer occasião; mas, na realidade, os novos meios de acção permitem defender as Filipinas sem grande custo ou trabalho. A sua importância, como base, sobreleva indubíavelmente a de Guam ou de Yap.

Economias. — Nos círculos navais lamenta-se o pacifismo que impera no Congresso, e o seu espírito de economia, que levou a reduzir os fundos, não só para as construções novas, como para os exercícios da armada. Desde o começo do anno, os navios teriam de ficar immobilizados nos portos, por falta de combustível, e parece que as manobras combinadas das duas esquadras, do Atlântico e do Pacífico, terão também de ser abandonadas, por falta de fundos, assim como os exercícios de inverno em Guantanamo. Outra dificuldade para a realização de exercícios e manobras é a falta de pessoal, com que a marinha americana vem lutando depois da guerra.

Lançamento de minas por aeroplanos. — Na marinha americana foi experimentado um novo método de lançar campos de minas, por meio de aeroplanos, empregando uma mina especial, com pára-quadras. O mecanismo completo é constituído pela mina, âncora, cabo de fundear e um pára-quadras de seda. Um certo número de aeroplanos, transportando cada um uma dotação de minas, pode ser enviado sobre a área a minar, e deixar cair as minas a intervalos regulares. No momento em que a mina largada toca na água, o pára-quadras destaca-se, afundando-se depois de ter flutuado por algum tempo.

Bombas para lançamento contra grandes navios. — Foi feita recentemente uma experiência com uma bomba de 4.300 libras de peso, sendo cerca de 2.000 libras de explosivo, lançada de um aparelho Handley-Page. A bomba mede 13,5 pés de altura e dois de diâmetro; destina-se a ser empregada pelos maiores aparelhos de bombardeamento, no ataque aos grandes couraçados modernos e em raids contra fábricas de munições. Conquanto construída para penetrar sem deformação ou fractura em alvos ordinários, não pode atravessar alvos fortemente couraçados.

A bomba possui espoletas na ogiva e na base, para permitir, quer a acção instantânea, quer a acção retardada, desde alguns centésimos de segundo, até alguns segundos. É a espoleta de acção retardada que permite às bombas actuarem como minas contra o fundo dos navios, quando caem no mar, a uma pequena distância deles. Este efeito de mina reconheceu-se ser superior ao efeito directo, atacando pelas cobertas.

Nas experiências de lançamento, a espoleta foi regulada para alguns centésimos de segundo, e a bomba penetrou no terreno, explodindo depois, e formando uma cratera de 19 pés de profundidade e 65 de diâmetro.

A catapulta para lançamento de aviões dos navios. — Para permitir o lançamento de aviões dos navios de linha, ou de outros que não possuam as disposições especiais dos porta-aéreos, recorreu-se a um tipo especial de catapulta girante.

Consiste a catapulta em uma estrutura semelhante a uma ponte, sôbre a qual corre um carro que suporta o avião, carro que é impellido pelo ar comprimido. Freqüentes experiências demonstraram que é possível lançar por este meio qualquer tipo de aeroplano ou hidro-avião, dos que podem ser transportados em navios de linha.

A solução do problema dependia de vários factores. Em primeiro lugar, ao chegar ao extremo da carreira, a catapulta deve ter dado ao avião uma velocidade tal, que, quando êle é libertado do carro, possa começar o vôo, portanto, uma velocidade pouco em excesso da minima velocidade do vôo.

Em segundo lugar, é necessário que, enquanto o avião adquire esta velocidade, esteja perfeitamente seguro ao carro de lançamento, para se não soltar das guias antes do tempo.

Finalmente, é necessário que a aceleração no lançamento não seja tão grande, ou tão violenta, que cause dano ao piloto, o qual precisa de conservar-se na posse completa de todos os sentidos, ao ser largado no fim da carreira.

O aparelho é relativamente pequeno e compacto. Com a catapulta podem empregar-se aeroplanos capazes de descerem no convés de um porta-aéreos, ou hidro-aviões que amarem junto do navio e sejam em seguida içados para bordo.

França

Pilotagem dos navios pelo som. — A pilotagem dos navios, entrando e saindo dos portos, em ocasião de nevoeiro, com o auxilio de um cabo electrico, assente no fundo, foi uma das mais interessantes invenções da guerra. Um outro método, baseado na transmissão das ondas sonoras pela água, permite determinar a posição do navio, ainda mesmo a distância consideravel da costa.

Por meio de aparelhos, chamados *hidrofones*, é possível receber em terra o ruido de uma explosão provocada debaixo de água. Uma bomba pesando 100 kg., por exemplo, pode ouvir-se até 300 km.

O navio que deseja conhecer a sua posição, lança ao mar uma bomba e, no momento da explosão, emite um sinal rádio-telegráfico. Este último é registado immediatamente no aparelho receptor, instalado no posto de escuta em terra; o ruido da explosão chega depois de um intervalo de tempo que é proporcional à distância.

Havendo dois postos de escuta, a distância da explosão a cada um deles permite ao piloto determinar a posição exacta do navio. Os resultados obtidos por este método são mais precisos do que aqueles que fornece o rádio-goniometria.

Durante a guerra, o método foi utilizado pelos monitores ingleses nos bombardeamentos da costa belga, para determinar a sua posição exacta, quando a terra não estava visivel. A *Revue Scientifique* informa que brevemente estarão em funcionamento alguns postos de escuta desta espécie na Inglaterra, na França e na Argélia.

Para que precisa a França de uma marinha. — M. Raiberti, ministro da marinha, em um recente discurso aos adidos navais, protestando contra o ponto de vista dos aliados da França, que desejavam que esta no futuro se entregasse inteiramente aos sentimentos de justiça dos seus vizinhos e abandonasse a sua marinha, dizia: «A França quere à sua marinha, não só como a uma das suas glórias mais puras, mas como à garantia sagrada da defesa do seu território e à salvaguarda indispensavel das suas comunicações com o seu império colonial, o qual forma um todo único com a mãe-pátria; além disso, a França, como todos os outros países, vê na marinha o sinal externo e a medida da sua expansão para o exterior.»

Deste modo, tradições, segurança das costas, segurança das suas colónias, e prestígio nacional, são as razões que obrigarão os franceses a não

abandonarem a idéa de uma marinha forte, com ou sem a permissão dos seus amigos, pelo menos enquanto êstes sentirem também a necessidade de serem fortes no mar.

De novo a «Jeune École».—Forma-se em França um corpo de artilheiros de marinha, para guarnecer as baterias costeiras de grande alcance, e ao mesmo tempo abre em Toulon uma escola em que se treinarão especialistas para o combate de artilharia diurno e noturno, com observação do tiro por meio de aéreos, e utilizando outros progressos recentes. Mas, por outro lado, cada vês ganha mais terreno a opinião de que êstes preparativos, que serviriam no caso de tentativas de desembarque e de bombardeamentos à moda antiga, só têm valor no papel, e de que o factor eficaz de defesa serão as flotilhas,

Actualmente, está sendo empregado um esforço bem coordenado, no sentido de criar flotilhas costeiras, utilizando as lições da guerra, no que se refere a qualidades nauticas e a armamento, realizando as famosas previsões do almirante Aube: *la vitesse, l'invisibilité, l'invulnérabilité,* em mares restritos, e contra um inimigo que se aproxime das costas francesas, ao alcance das flotilhas. O êxito dos *coastal motor boats* ingleses, dos *motoscafi-antisomergibili* italianos e dos *«sub-chasers»* americanos, durante a última guerra, renovou a fé francesa na *«poussière navale»*.

O futuro emprêgo do submarino na guerra ao comércio.— Nos círculos navais americanos não encontrou simpatia a propaganda anti-francesa, que se desenvolveu durante a Conferência de Washington. O comandante Yates Stirling escreve que os técnicos franceses desejam construir destruidores do comércio submarinos, capazes de atacarem o comércio segundo as regras da guerra de cruzeiro, e é por isso que defendiam a concessão à França de uma grande tonelagem de submarinos.

É preciso contar que, sem o contrôlo da superfície do mar—isto é, sem uma armada de batalha, com todos os seus acessórios, capaz de se mover no mar à vontade—uma nação pouco pode conseguir, na destruição do comércio adversário, empregando apenas navios de superfície. Por outro lado, sendo os cruzadores submarinos capazes de imergirem e, portanto, de evitarem a acção contra forças inimigas superiores, mas apesar disso bastante grandes e com o suficiente poder de artilharia para observarem as regras do Direito, na destruição do comércio, podem tornar-se uma arma capaz de infligir infinitos danos à marinha mercante inimiga.

A costa francesa fornece muitas bases excelentes para os cruzadores submarinos e, com a sua posição geográfica, a França tornar-se-hia durante a guerra, uma ameaça formidável a toda a navegação inimiga que passasse no Atlântico Oriental e no Mediterrâneo. O submarino seria assim, nas mãos da França, um forte trunfo, que ela não abandonará sem grande relutância.

Cruzadores submarinos, do deslocamento de 3500 toneladas, armados de peças de 15, ou mesmo de 20 cm., e possuindo uma velocidade à superfície tão grande quanto o consentam as exigências da sua qualidade de submersível, serão navios contra os quais nenhum mercante armado pode esperar oferecer uma resistência eficaz.

Inglaterra

O «fardo» dos armamentos.—Ultimamente foram publicados alguns números instrutivos acêrca da relação entre as despesas militares e as despesas totais do Estado, antes e depois da Grande Guerra.

Em 1913-14, o orçamento da marinha era de 24 % e o do exército de 14 % das despesas totais. Em 1921-22, não só se produziu uma grande redução na totalidade das despesas militares, mas o exército passou a ocupar a posição que dantes ocupava a marinha: o orçamento do exército é de 10 % e o da marinha de 8 % da totalidade das despesas. Há oito ânos, havia na

marinha 149.960 oficiais e praças, que custavam ao Estado £ 12:227.702; hoje, aquele número é de 123.700, mas o seu custo é de £ 28:3:0.600. O custo individual, que em 1913-14 era de £ 81, é hoje de £ 229, ou seja um aumento de 181 %.

Nova especialidade de oficiais: observadores aéreos.—Em condições semelhantes aos especialistas de tiro de artilharia, de torpedos, de navegação e de sinais, o Almirantado resolveu criar uma nova especialidade de observadores aéreos, entre os oficiais da marinha. Cada semestre serão escolhidos oito, entre os tenentes com dois ou mais ânos de posto. Os cursos são de sete meses, sendo dois em treino preliminar, nas escolas de artilharia e de sinais, e cinco na escola de hidro-aviões, de Lee-on-Solent.

Propulsão Diesel.—Embora na marinha de guerra a propulsão Diesel se limite, por ora, a pequenos navios, como os de serviço de minas, na marinha mercante o motor Diesel tem feito muito maiores progressos.

Está em construção para fins de exposição e reclamo um navio de 20.000 toneladas, destinado a fazer uma viagem de 18 meses à volta do mundo. O seu aparelho motor compreende tres máquinas Diesel, cada uma de 3.000 cavalos; o espaço economizado como o emprêgo deste motor será empregado para mostruários e camarotes.

Combustível líquido.—As vantagens da combustão do petróleo tornaram-se tam evidentes nos últimos tempos, que o Almirantado tomou a decisão de empregar o combustível líquido em todos os navios da armada. Durante a Grande Guerra, foram transportadas por mar, para uso da marinha de guerra inglesa, 36 milhões de toneladas, além de 6 por via férrea, contra 10 milhões de toneladas de petróleo. Desde então, as condições mudaram inteiramente. A mudança de combustível obriga a preparar os necessários depósitos, com as reservas suficientes para o caso de guerra, e a estabelecer uma rêde de depósitos de combustível líquido, como existe uma de estações carvoeiras, sôbre todas as linhas de navegação.

B. S.

BIBLIOGRAFIA

I—LIVROS

Portugal

- 1 BOTELHO (J. J. Teixeira) coronel de artilharia—*História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*. 1 Vol. in-4.º, 590 p. Livraria Rodrigues, Rua Aurea, Lisboa 6\$50

França

- 1 PEDOYA (Général).—*La Commission del' Armée pendant la grande guerre 1921*. Volume 12/19, broché. 10 fr.
 2 DELVERT (Capitaine).—*Les Opérations de la 1^{re} armée dans les Flandres*. Juillet-novembre 1917. 1921. Volume 13/20,5, broché 7 fr. 50
 3 DUBAIL (Général)—*Journal de campagne. Quatre années de commandement (1914-1918). Groupes d'armées de l'Est*. 1921. Vol. 10, 2/25,5, broché 24 fr.
 4 VON FALKENAYN (Erich). *Le Commandement suprême de l'armée allemande 1914 1917 et ses décisions essentielles*. 5^e édition. 1921. Volume 16,5/25,5, broché 24 fr.
 5 BORDEAUX (Henri).—*Fayolle*. 1921. Volume 12/19, broché. 3 fr. 50

- 6 LACROIX (Général de).—*Le Maréchal Foch*. 1921. Volume 12/19, broché 3 fr.
- 7 GALLI (Henri).—*La Défense et la victoire de Reims*. 1921. Vol. 12/18,5, broché. 6 fr.
- 8 LEFEBVRE-DIBON.—*Quatre pages de 3^e bataillon du 74^e R. I.* 1921. Volume 12/18,5, broché. 3 fr.
- 9 BOSALDY.—*L'Équipement électrique des automobiles*. 1921. Volume 13/18, broché. 4 fr. 50
- 10 SOREAU (Rodolphe).—*Nomographie ou traité des abaques*. 1921. 2 Vol. 19/28, cartonnés. 100 fr.
- 11 MONTORIOL (E.).—*Appareils et installations télégraphiques*. 1921. Vol. 16/23,5 broché 40 fr. Cartonné 50 fr.
- 12 VIVIER.—*Téléoptique des orages et des tremblements de terre*. 1921. Volume 16/26, broché 6 fr.
- 13 PALAT (Général).—*La Grande Guerre sur le front occidental. VI. La Victoire de la Marne*. 1921. Volume in-8, broché. 15 fr.
- 14 RENAULD (Ernest).—*Histoire populaire de la Guerre (1914-1918)*. Tome I. Volume in-8 de 320 pages et 2 cartes, broché. 5 fr. 50
- 15 NIOX (Général).—*La Grande Guerre (1915-1918)*. Simple récit. 1921. Volume 20/13, broché. 6 fr.
- 16 DOUDEAUVILLE (Duc de).—*Au service de la France, père et fils*. Journal de la campagne 1914-1919. 1921. Volume in-8, broché 6 fr.
- 17 PALAT (Général).—*La Grande Guerre sur le front occidental. VII. La Course à la mer*. 1921. Volume in-8, broché 12 fr.
- 18 MERMEIX.—*Les Négociations secrètes et les quatre armistices*. 1921. Volume 11,7/18,5, broché. 7 fr.
- 19 BORDEAUX (Henri).—*La Bataille devant Souville*. 1921. Volume 11/18, broché. 7 fr.
- 20 CIVRIEUX (Commandant de).—*La Grande Guerre 1914-1918*. Volume 11/16, cartonné. 4 fr.
- 21 REVOL (J.).—*L'Effort militaire des Alliés sur le front de France*. 1921. Volume 17/25, broché. 5 fr.
- 22 GINISTY (Paul) et GAGNEUR (Capitaine Maurice).—*La Guerre par les Combattants*. 3^e volume: *Verdun*. 1921. Volume 12/18,5, broché 7 fr. 50
- 23 VESNITCH (Milenko R.).—*La Serbie à travers la guerre*. 1921. Volume 14,5/23, broché 8 fr. 40
- 24 ANCEL (Jacques).—*Les Travaux et les Jours de l'armée d'Orient (1916-1918)*. Volume 13/16,5, broché. 7 fr. 50
- 25 BUAT (Général).—*Hindenburg*. 1921. Volume 12/18,5, broché. 7 fr.
- 26 GALLI (Henri).—*La Défense et la victoire de Reims*. 1921. Volume in-16, broché. 6 fr.
- 27 BARBOT (A.).—*Cours de Topographie à l'usage des Candidats au brevet d'aptitude militaire* 1921. Volume 19/11, cartonné. 2 fr. 50
- 28 LAURENS (Capitaine de corvette).—*Introduction à l'étude de la Guerre sousmarine*. 1921. Volume in 4, broché. 70 fr.
- 29 JAMMY (E.).—*La Construction du vaisseau de guerre*. 1921. Volume 11/17, broché. 5 fr. — Cartonné. 6 fr.
- 30 ERZBERGER.—*Souvenirs de guerre*. 1921. Volume 14/24, broché 12 fr.
- 31 LOMOND (A.).—*La Route de la victoire. Histoire de la grande guerre 1914-1918*. 1921. Volume 16,5/26, broché. 30 fr.
- 32 HIRSCHAUER et DOLFFUS.—*L'Année aéronautique 1920-1921*. 2^e année 1921. Volume 19,28 broché. 30 fr.
- 33 JELICOE DE SCAPA (Amiral vicomte).—*La Grande flotte (1914-1916), sa création, son développement et son œuvre*. 1921. Volume 14/23, broché. 20 fr.
- 34 BRITSCH (Amédée).—*Le Maréchal Lyautey*. 1921. Volume 11/18, broché. 6 fr. 75

Inghilterra

- 1 BUCHANAN (A.). *Out of the World North of Nigeria*. Exploration of Air. illus. and a Map. 8vo, pp. 276. *J. Murray* 16/
- 2 COLES (Bertha L.) *Wound Stripes*. (Stories of After the War.) Cr. 8vo, pp. 178. *Lippincott*. 6/
- 3 INGLESFIELD (Capt. V. E.) *The History of the Twentieth (Light) Division*. With an Intro. by Lieut.-Gen. the Earl of Cavan, K. P., G. C. M.G., K.C.B., M.V.O. 8vo, pp. 331. *Nisbet* 18/
- 4 KINGSFORD (C. L.) *The Story of the Royal Warwickshire Regiment*. (Formerly the 6th Foot.) «The Country Life» Library. 8vo, pp. 235. *G. Newnes*. 12/6
- 5 KNOX (Maj.-Gen. Sir A.) *With the Russian Army, 1914-1917*. Being chiefly Extracts from the Diary of a Military Attaché. In 2 vols. 8vo, pp. 368; 388. *Hutchinson*. 36/
- 6 MACBETH (R. G.) *Policing the Plains*. Being the Real-Life Record of the Famous Royal North-West Mounted Police. 8vo, pp. 320. *Hodder & S.* 15/
- 7 PARROTT (Sir E.) *The Path of Glory*. Heroic Stories of the Great War. Cr. 8vo, pp. 304. *Th. Nelson* 5/
- 8 PRATT (E. A.) *British Railways and the Great War*. Organisation, Efforts, Difficulties, and Achievements. Vols. 1 and 2. Royal 8vo, pp. 534; 680. *Selwyn & B.* per set 42/
- 9 SHAKESPEAR (Lieut.-Col.) *The Thirty-Fourth Division, 1915-1919*. The Story of its Career from Ripon to the Rhine. 8vo, pp. 336. *Wetherby* 12/6
- 10 UNDERHILL (F. P.) *Lethal War Gases*. Folio, pp. 309. *Oxf. P.* 63/
- 11 WAR *List of the University of Cambridge, 1914-1918*. Edited by G. V. Carey. 8vo, pp. 616. *Cambs. P.* 20/
- 12 WARD (Major C. H. D.) *The 56th Division*. (1st London Territorial Division.) With a Foreword by Gen. Lord Horne of Stirkoke, G.C.B., K.C.M.G. 8vo, pp. 347. *J. Murray*. 21/
- 13 WYKEHAMISTS *Who Died in the War*. Vol. 1, pp. 272. Containing the Names of those who Entered the School from 1868 to 1797. Vol. 4, pp. 220, containing the Names of those who Entered the School from 1909-1913. *Warren*. £2 10s. each vol., £8 8s. set.
- 14 WYRALL (E.) *The History of the 2nd Division, 1914-1918*. With a Foreword by Field-Marshal Earl Haig of Bemerseyde. Vol. 1. Demy 8vo, pp. 344. *Nelson*. 21/
- 15 BIRTH and Early Days of Our Ambulance Train in France. August, 1914—April, 1915. *J. Bale* 11/
- 16 PRAZIER (R. H.) and SANDFORD (E.) *Birmingham and the Great War, 1914-19*. Cr. 8vo, pp. 358. *Cornish*. 7/6
- 17 CATALOGUE of Admiralty Charts, Plans, and Sailing Directions, 1921. Corrected to January 1, 1921. Royal 8vo, pp. 320. *J. D. Potter*.
- 18 GIBBONS (Lt.-Col. T.) *With the 1/5th Essex in the East*. Demy 8vo, pp. 198. *Benham*. 12/6
- 19 HUSSEY (A. H.) and INMAN (Major D. S.) *The Fifth Division in the Great War*. With a Foreword by Field-Marshal Earl Haig of Bemerseyde. 8vo, pp. 294. *Nisbet*. 15/
- 20 MASONIC Roll of Honour, 1914-1918. Cr. 8vo, pp. 139. *Freemasons' Hall*.
- 21 OFFICIAL History (Naval and Military) of the Russo-Japanese War. 3 Vols. Vol. II.—Sande-Pu, Mukden, the Sea of Japan. Royal 8vo, pp. 924. Appendices and Maps. *H.M.S.O.* 70/*
- 22 PRESTON (Lt.-Col. the Hon. R. M. P.) *The Desert Mounted Corps*. An Account of the Cavalry Operations in Palestine and Syria, 1917-1918. With an Introd. by Lt.-Gen. Sir H. G. Chauvel. 8vo. pp. 380. *Constable*. 21/

- 23 ROLL of Service. University of Durham, 1914-19, Cr. 8vo, pp. 120. *Cal-*
dcleugh 3/6*
- 24 SANSON (A. J.) Letters from France. Written between June, 1915 —
July, 1917. Edited by his Wife, Ivy Sansom. Cr. 8vo, *Melrose* 7/6
- 25 STEVENAGE War Memorial. A Description of the Unveiling Ceremony,
Carved Symbols, and a List of all Names Inscribed on the Panels.
1921. Cr. 8vo, pp. 23. *Matthews.*
- 26 BANKS (Lt.-Col. T. M.) and. Chell (Capt. R. A.) With the 10th Essex
in France. Illus. by Norman Howard. Cr. 8vo, pp. 302 *Burt & Sons.*
6/
- 27 BURROWS (C. W.) Scapa and a Camera. Pictorial Impressions of Five
Years Spent at the Grand Fleet Base, With an Introd. by Vice-Admi-
ral F. S. Miller, C.B. Royal 8vo, 144. *G. Newnes.* 25/
- 28 FROTHÉRINGHAM (Thomas G.) A Guide to the Military History of the
World War, 1914-1918. With Maps and Diagrams. 8vo, pp. 378. *T. F.*
Unwin. 12/6
- 29 GILL (C. C.) What Happened at Jutland. Royal 8vo, *Doran.* 15/
- 30 JOHNSON (D. W.) Battlefields of the World War. Western and Sou-
thern Fronts. «American Geographical Society Research Series.» No.
3. Cr. 8vo. *Oxf. P.* 35/
- 31 JUTSUM'S Commercial Code of Signal Cards. For Self Instruction. 32mo
(box). *J. Brown.* 3/6
- 32 SMITH (B. H.) «All Hands on the Main-sheet!» 8vo, pp. 311. *Richards.*
21/
- 33 DEWAR (G. A. B.). — *The Great Munition Feat*, 1914-1918. 8vo pp.
353 *Constable.* 51/
- 34 DIFFORD (I. D.). — *Story of the First Battn. Cape Corps*, 1915-19 In-
troduction by the Rt. Hon. J. X. Merriman. Royal 8vo, pp. 464.
Hortors (Cape Town).
- 35 GERMAN Air Force in the Great War. Compiled by Major G. P. Neu-
mann. Trans. by J. E. Gurdon. 8vo, pp. 313. *Holder & S.* 16/
- 36 HALL (J. A.). — *The Law of Naval Warfare*. 2nd edition, revised and
enlarged. 8vo, pp. 406. *Chapman & H.* 30/
- 37 LEIGHTON (J. L.). — *Simsadus, London*. (The American Navy in Lon-
don.) 8vo. *G. Bell.* 21/
- 38 LETTERS from the Front. Being a Record of the Part played by Offi-
cers of the Bank in the Great War, 1914-19. Vol. 1. Royal 8vo, pp.
507. *Canadian Bank of Commerce* (Toronto).
- 39 LUBBOCK (B.). — *The Colonial Clippers*. Illus. and Plans. 8vo, pp. 449.
J. Brown. 15/
- 40 MC CULLAGH (F.). — *A Prisoner of the Reds*. The Story of a British
Officer Captured in Siberia. Illus. 8vo, pp. 365. *J. Murray.* 18/
- 41 REGIMENTAL — *Records of the Royal Welch Fusiliers* (late 23rd Foot).
Compilee by A. D. L. Cary and Stoupe McCance. Vol. 1 (1689-
1815) Royal 8vo. *Forster Groom.* 42/
- 42 *Roll of Service*. University of Liverpool. August, 1914-Nov., 1918.
Cr. 8vo, pp. 94. *Univ. P.* (Liverpool).
- 43 SEDPWICK (Lt.-Col. F. R.) *Great War in 1914*, 8vo. *Forster Groom.*
10/6
- 44 SPINDLER (K.). — *Gun-Running for Casemen*. In the Easter Rebellion,
1916. Trans. by W. Montgomery and E. H. McGrath. 8vo, pp. 250.
Collins. 2/6; 3/6
- 45 *Times Diary and Index of the War*, 1914-18. Royal 8vo, pp. 346. *Hod-*
der & S. 42/
- 46 *Battle of the Piave* (June 15-23, 1918). Issued by the Supreme Com-
mand of the Royal Italian Army. Trans. by M. Prichard-Agnetti.
Royal 8vo, pp. 90. *Hodder & S.* 12/
- 47 BYWATER (H. C.). — *Sea Power in the Pacific*. A Study of the Ame-
rican Japanese Naval Problem. With 4 Maps and a Chart. 8vo, pp.
343. *Constable.* 18/

- 48 HART (Capt B. H. L.). — *Framework of a Science of Infantry Tactics*. Royal 8vo, swd. *H. Rees*. 2/
 49 NAVAL and Military Medals and Ribbons. Official. From 1793 to the Present Day. Folio, swd. *Gale & P.* 3/
 50 PICQ (Col. Ardant Du). — *Battle Studies: Ancient and Modern Battle*. Cr. 8vo. *Macmillan* 13/6
 51 REYNOLDS (H.). — *Coastwise — Cross-Seas. The Tribulations and Triumphs of a Casual Cruiser*. Cr. 8vo, pp. 304. *J. D. Potter*.
 52 ROBERTSON (F. L.). — *The Evolution of Naval Armament*. Illus. 8vo, pp 313. *Constable*. 18/
 53 ROLL of Service, 1914-18 (Shrewsbury School.) Cr. 8vo, pp. 137. *Wilding*.
 54 YOUNG (F.). — *With the Battle Cruisers*. Royal 8vo, pp. 311. *Cassel*. 45/

PERIÓDICOS — II

Portugal

- 1 *O Instituto*, n.º 12 de Dezembro de 1921. O Chile e o centenário de Fernão de Magalhães. Etc.
 2 *Revista de Artilharia*, n.ºs 197 a 205 de Novembro de 1920 a Junho de 1921. A minha primeira visita ao «front». Algumas considerações acêrca do serviço de contra batarias no exército inglês durante a última guerra. Esclarecedores e agentes de ligação na artilharia de campanha. Etc.

Argantina

- 1 *Revista Militar*, n.º 4 de Outubro de 1921. La aurora de la libertad peruana. La batalla del Iser y las inundaciones provocadas por el ejército belga. Etc.

Brasil

- 1 *Boletim do Estado Maior do Exercito*, n.º 3 de Julho a Setembro de 1921. In Memoriam — Marechal Bento Ribeiro — Capitão Octaviano Pereira de Sousa. Patria. Napoleão, cabo de guerra. Etc.
 2 *Revista da Escola Militar*, n.º 6 de novembro-dezembro de 1921. Aspirantes de 1921. Trabalho e Perseverança. Etc.
 3 *Revista de Medicina e Hygiene Militar*, n.º 10 de Outubro de 1921. Hygiene dos submersiveis. Departamento Medico do Imperial Exercito Japonéz. Etc.
 N.º 11 de Novembro. As desordens visuaes no meio militar e especialmente nas suas relações com a alimentação. Sociedade Medico-Cirurgica-Militar. Etc.

Chile

- 1 *Revista de Marina*, n.º 386 de Novembro-Dezembro de 1921. Aceite combustible del carbón nacional. Funciones del departamento de operaciones navales. Etc.

Colombía

- 1 *Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia*, n.º 112 de Outubro de 1921. Comentaríos al rededor de «Carabobo». La caballeria en nuestras llanuras orientales. Etc.
 N.º 133 de Novembro. La infanteria moderna. Empleo de las fuertes pendientes en nuestros ferro carrilles. Etc.

Espanha

- 1 *Memorial di Artilleria*, n.º de Novembro de 1921. Dom Onofre Mata. Velocidade de la onda explosiva. Etc.
N.º de Dezembro. Los fenómenos sonoros en las bocas de fuego y su aprovechamiento en la guerra. Calibrado de las piezas de artilleria. Etc.
N.º de Janeiro de 1922. El desastre de 1798 (pérdida de la isla de Menorca. Estudio teórico de la corrección del tiro basado en la medición de los desvios en magnitud y signo. Etc.
- 2 *Memorial de Caballeria*, n.º 67 de Janeiro de 1922. Nuevas ideas sobre el problema de la oficialidad. Lanzallamas. Etc.
N.º 68 de Fevereiro, 9 de enero de 1922 — A-Lal-Hariga. El Parlamento francés y el Ejército. Etc.
- 3 *Memorial de Infanteria*, n.º 120 de Janeiro de 1922. Ofrenda. El Problema de Marruecos.

França

- 1 La Revue d'Infanterie, n.º 352 de Janeiro de 1922. L'évolution des methodes et des procédés de combat de l'infanterie de 1870 à nos jours. Le problème des liaisons et transmissions. — La liaison entre l'artillerie e l'infanterie. Etc.
N.º 353 de Fevereiro. Le service de renseignements dans les corps de troupe d'infanterie. Etc.
N.º 354 de Março. Étude sur le combat d'infanterie. Étude sur l'emploi des chars de combat. Etc.
- 2 *Revue Militaire Générale*, n.º 11 de Janeiro de 1922. L'Arkangel. La refonte des règlements et notre doctrine de guerre. Etc.
N.º 12 de Dezembro. La deslocation du front russe. Etc.
N.º 1 de Janeiro de 1922. La cavallerie qu'il nous faut. Etc.
N.º 2 de Fevereiro. La Franchée de la Soif. Stratégie et opérations dans l'Est. Etc.

Italia

- 1 *Rivista de Artiglieria e genio*, n.º de Dezembro de 1921. Il tenente generale marchese Luigi Durand de la Penne. Il problema balistico del prossimo avvenire. Etc.

Salvador

- 1 *Boletin del Ministerio de Guerra*, n.º 81 de setembro e 82 de Outubro de 1921 — Ordenes Generales Importantes.

Suissa

- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 2 de Fevereiro de 1922. La crise de l'article 18 de notre constitution. Quelques remarques intéressant la préparation à la guerre et la mise en œuvre de la Batterie et du Groupe. Etc.

Uruguay

- 1 *Revista Militar e Naval*, n.ºs 17-18 de Novembro-Dezembro de 1921. Puentes volantes. Servicio de etapas. Etc.